



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MURÇA

28 DE SETEMBRO DE 2023

PRESIDENTE

António Augusto Ribeiro

1ª SECRETÁRIA

Maria de Lurdes Pereira Gomes

2º SECRETÁRIO

César Lopes de Sousa Lourenço

LOCAL DA REUNIÃO

Centro de Convívio / Edifício da J. F. Palheiros

MEMBROS PRESENTES

21 (última folha da ata)

MEMBROS AUSENTES

01 (última folha da ata)

HORA DE ABERTURA

14:45 Horas

HORA DE ENCERRAMENTO

18:50Horas

PRESENÇAS CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE

Mário Artur Correia Lopes

VICE-PRESIDENTE

Avelino José Marques dos Santos

VEREADORA

Vilma Cláudia Ribeiro Pereira

VEREADORA

Ana Paula Rodrigues da Cruz

FALTAS DA CÂMARA MUNICIPAL

VEREADOR

Joaquim Gomes Pinto

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, deu início à sessão, solicitando à deputada Maria de Lurdes Pereira Gomes, para integrar a mesa, devido à ausência da 1ª Secretária da Mesa, Cláudia Vilaverde.

Saudou o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr. Vice-Presidente, Srs. Vereadores, Deputados, Presidentes de Junta de Freguesia, colaboradores da autarquia, a todo o público presente e ainda uma saudação especial e amiga a todos os habitantes de Palheiros. Agradeceu a presença de todos, em especial ao Sr. Presidente da União de Freguesias de Noura Palheiros que prontamente disponibilizou o espaço, para realização desta Assembleia Municipal.

Conforme preceitua a alínea c) do nº 1 do art.º 30 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, declarou abertos os trabalhos desta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Murça, do dia 28 de setembro de 2023 e informou que como a sessão é ordinária, conforme art.º 20º, do regimento, vai ter os seguintes períodos:

Período de Antes da Ordem do Dia

Período da Ordem do Dia

Período de Intervenção do Público

Período Antes da Ordem do Dia

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, cumprimentou todos os presentes e deu nota que com a alteração do CPA – Código dos Procedimentos Administrativos o Art.º 34 refere que os membros que não estiveram presentes na sessão a que ela respeita não devem participar na votação.

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, agradeceu a informação dada pelo Sr. Presidente da Câmara e disse que se iria proceder de acordo com o referido no Art.º 34 do CPA.

“Apreciação da Ata da Sessão Ordinária do dia 29/06/2023”

Votação:

<i>Votantes</i>	18
<i>Abstenção</i>	00

<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	18

Deliberação: aprovada por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

Leitura do Expediente
(Alínea b) do n.º 2 do artº 21º do Regimento)

O Presidente da Assembleia Municipal informa os Srs. deputados, que a correspondência recebida se encontra na sala para ser consultada, fazendo o resumo do recebimento da mesma:

Delegação de Murça da Cruz Vermelha Portuguesa:

- Convite para Concerto Solidário, a realizar no dia 15/07/2023, no Centro Cultural de Murça;

Junta de Freguesia de Murça:

- Remete convite para almoço do Convívio de Pesca Desportiva, dia 16/07/2023, na Zona de Lazer dos Rebelos, em Murça;

Conselho Municipal de Educação:

- Envia convocatória para a reunião do CME, dia 28 de ju. 2023;

Conselho Municipal de Educação:

- Envia e-mail a cancelar a reunião do CME, agendado para o dia 28 de ju. 2023;

ANMP:

- Envia informação sobre o XXVI Congresso da ANMP: Eleição dos Presidentes de Junta de Freguesia;

ANAM:

- Remete informação sobre a apresentação de Candidaturas aos Prémios ANAM 2023;

ANMP:

- Envia credencias para inscrição no XXVI Congresso da ANMP;

CVEL – Centro de Valorização de Eleitos Locais:

- Remete informação sobre o curso “MENAC – Mecanismo Nacional Anticorrupção e Regime Geral;

MUNICIPALIA:

- Remete informação sobre a 22ª edição do Salão Internacional de Equipamentos e Serviços Municipais, MUNICIPALIA, que se realiza entre os dias 17 e 19 de out. 2023, em Lleida (Espanha);

Cláudia Vilaverde:

- Justificação pela ausência à sessão ordinária do dia 28/09/2023;

ANMP:

- Envia Programa do XXVI Congresso da ANMP;

GNR - Comando Territorial de Vila Real:

- Remete convite para participar na Cerimónia Militar do 14º Aniversário do Comando Territorial da GNR de Vila Real, a ter lugar no dia 29/09/2023, pelas 10h30, na vila de Murça.

Eduardo Pinheiro:

- Justificação pela ausência à sessão ordinária do dia 28/09/2023;

CIMDOURO – Comunidade Intermunicipal do Douro:

- Remete convite para o Kick-off Douro Wine Road Show, no âmbito da Cidade Europeia do Vinho 2023 – Padrão dos Descobrimentos – 30 de setembro 2023;

Presidente da Junta de Freguesia de Murça:

- Remete justificação pela ausência à sessão de 28/09/2023 e delega a presença no Tesoureiro, Sr. Alexandre Faria;

Câmara Municipal de Murça:

- Remete propostas para inclusão na Ordem do Dia da sessão de 28/09/2023;

ANAM:

- Remete convite para Prémios ANAM 2023, dia 12 out. 2023, em Leiria;

Vereador do PS, Dr. Joaquim Pinto:

- Remete justificação pela ausência à sessão ordinária do dia 28/09/2023;

Emília Sousa:

- Justificação pela ausência à sessão ordinária do dia 28/09/2023;

Líder da Bancada do Partido Socialista:

- Remete um Voto de Pesar, um Voto de Louvor e dois Votos de Congratulações;

AEDREL – Associação de Estudos de Direito Regional e Local:

- Remete informação sobre Curso de Finanças Locais (perspetiva jurídica);

Presidente da Junta de Freguesia de Candedo:

- Remete justificação pela ausência à sessão de 28/09/2023 e informa da impossibilidade em delegar a presença noutro elemento da junta.

“Outros Assuntos de Interesse para o Município”

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, disse que, participou numa reunião da ANAM que decorreu no passado 7 de julho, em Vila Real e que obedece ao programa “ANAM em Diálogo”. Disse que, estiveram presentes vários Presidentes das Assembleias Municipais do Distrito de Vila Real e debateram-se diversos temas, nomeadamente o Concurso da ANAM, iniciativas e tomadas de decisão e ainda sobre as boas práticas das assembleias. Deu nota, que na sequência da homenagem feita, no passado mês de abril, aos ex-Presidentes da Assembleia Municipal de Murça fomos desafiados a compilar toda a informação relativa a essa atividade e formular uma candidatura aos Prémios ANAM, o que aconteceu. Entretanto, recebeu da ANAM um convite para estar presente numa cerimónia que irá decorrer no dia 12 de outubro, em Leiria e que tem a ver com a atribuição/distribuição dos Prémios ANAM/2023, desconhecendo se fomos contemplados com algum prémio ou não.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, Renato Santos, cumprimentou todos os presentes e disse o seguinte:

“Esta minha intervenção vem na sequência das atrocidades que as intempéries têm feito no nosso Concelho, com especial destaque para a minha Freguesia de Valongo de Milhais e para a Freguesia de Jou.

Em menos de 3 meses e meio, o nosso Concelho foi barbaramente atingido pelas trovoadas e pela força das águas, sendo que a primeira vez foi no final de maio e agora esta última vez foi no dia 15 de setembro.

Em representação da Freguesia de Valongo de Milhais e da bancada parlamentar do PSD, quero manifestar publicamente a nossa total solidariedade com todos os agricultores que viram as suas colheitas afetadas, bem como todos aqueles que foram prejudicados de alguma forma por estes fenómenos atmosféricos, que infelizmente num tão curto espaço de tempo afetaram o nosso Concelho.

Agradecemos de uma forma sentida a compreensão e paciência das populações afetadas, que após se terem tentado levantar do primeiro tombo em maio, voltaram a ser empurrados para o chão agora em setembro!..

Quero também deixar uma palavra de agradecimento ao Município, que através da Proteção Civil Municipal empenhou no terreno vários meios de apoio, nomeadamente os Bombeiros Voluntários de Murça, a Guarda Nacional Republicana, funcionários do Município e das Juntas de Freguesia envolvidas, entre outras entidades.

A TODOS UM MUITO OBRIGADO!

- O Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Carlos Gomes, cumprimentou todos os presentes e disse que se sente muito honrado por receber esta sessão, na sua freguesia. Aludiu que este espaço, outrora pertencia ao Clube Desportivo que existia aqui em Palheiros e por razões diversas e também por existirem dívidas, deixou de fazer parte desse clube. Para este espaço foi contraída uma dívida e porque havia um processo a decorrer em Tribunal, a Junta de Freguesia da altura e bem, decidiu pagar essa dívida e ficou com este património, para a Junta de Freguesia. Entretanto, este património foi cedido à Assembleia de Compartes, à Associação de Caça e posteriormente foi cedido à Comissão de Festas. Esta casa embora seja património da Junta de Freguesia é do povo de Palheiros e só faz sentido se estiver ao serviço do povo de Palheiros. Este edifício necessita urgentemente de obras e enquanto Presidente de Junta preocupa-o o facto de não se poder utilizar este espaço em dia de chuva, porque o telhado está em más condições e deixa entrar água em vários pontos, solicitando ajuda ao Sr. Presidente da Câmara, para, em conjunto com a Assembleia de Compartes, a Associação de Caça, a Junta de Freguesia e a Comissão de Festas, se consiga fazer aqui uma intervenção.

- O deputado do PS, Rui Ramos, cumprimentou todos os presentes e agradeceu a visita deste fórum a esta casa. Relativamente a este espaço, referiu que há cerca de um ano atrás, o ex-Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Marques juntamente com o então Presidente da Direção dos Baldios, procuraram encontrar uma forma de conseguir fazer obras nesta casa, mas como diz o povo “dar o trabalho a três pessoas é o mesmo que não o dar a ninguém”- acaba por não ser feito. Efetivamente a casa é património da Junta, está cedida protocolarmente à Associação de Caça e aos Baldios, que por sua vez cedem à Comissão de Festas, para que possam usufruir e fazer a manutenção do espaço durante o ano. É efetivamente urgente fazer essas intervenções, mas também é urgente perceber que é uma casa do povo. Contudo, alguém tem a responsabilidade sobre ela, uma vez que é património da Junta e está cedida a outras entidades que por sua vez, a cedem a outras e a Câmara, também não se pode demitir das suas responsabilidades, mas quando há muita gente envolvida, acontecem estas situações.

Questionou o Sr. Presidente da Câmara se tem algo a dizer relativamente à Zona Industrial de Murça. Lembrou que há cerca de dois anos saiu uma notícia a dizer que havia mais de uma dezena de lotes a serem negociados e que havia a possibilidade de se construírem novos lotes e criadas perspetivas de emprego, mas o tempo passa e poucas são as pessoas que lá trabalham, agora espaço é aquilo que lá não falta. Disse que, visitou recentemente o Crasto de Palheiros e efetivamente aquilo vai de mal a pior. O Centro Interpretativo continua fechado e há lixo por todo lado. Aquele espaço nem tem uso, nem manutenção e é urgente fazer alguma coisa por aquela obra emblemática. O Sr.

Presidente tem dito que há ideias para lá, mas uma coisa são ideias, outra, é a manutenção. Convida o Sr. Presidente da Câmara a visitar o lugar e a ver o estado em que está. Quanto às ex-Escolas Primárias, recordou que em 2022 realizou-se uma Assembleia Municipal, na localidade da Carva e efetivamente a escola tinha uso e foram lá muito bem recebidos e a Escola de Palheiros, tal como muitas outras do município, continuam sem destino rigorosamente nenhum. Temos ali um património que é da Câmara, mas a Câmara não faz nem deixa fazer e já é tempo de haver coragem para se enfrentar este problema e procurar dar-lhes destino. Relativamente ao memorial do eucalipto, infelizmente na última sessão por motivos profissionais não pude chegar a horas e a proposta que tinha apresentado acabou por não ser votada e deveria ter sido. Sabe que ficou o compromisso de todas as partes de se fazer o memorial ao eucalipto. Perguntou em que moldes e se já há alguma evolução relativamente a esta matéria, uma vez que não foi convocado para nenhuma reunião e gostaria de ser. Parabenizou o Sr. Presidente da Câmara pela reparação da iluminação do Estádio Municipal, embora tardiamente o importante é que está resolvido. Questionou se o investimento foi da Câmara ou se houve financiamento privado externo. Ainda relativamente ao desporto e mais especificamente o futebol, disse que agora temos o estádio com luzes, mas aparentemente as camadas jovens estão a sair e pelo que sabe apenas irá haver uma Equipa de Séniores e possivelmente uma equipa nas camadas jovens. Obviamente, que esta matéria não é da responsabilidade da Câmara, mas se o Sr. Presidente puder intervir e ajudar de alguma forma, seria bom. Lembrou, que o relvado do Estádio Municipal também carece de intervenção, sabe que tem um custo bastante elevado e não se resolve de um dia para o outro, mas é importante pensarem nisso. Por último e fazendo jus à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, disse que, quer ele próprio quer a sua bancada parlamentar, se associam aos pêsames pelas catástrofes que atingiram a zona da Ribeirinha. Sabem que é um problema que não se resolve no imediato e podem verificar pela documentação recebida que existe um plano que está a ser posto em marcha, contudo questionou se existe algum planeamento que lhes permita a longo prazo observar estes fenómenos de uma forma melhor enquadrada.

- O deputado do PS, André Lage, saudou o Sr. Presidente e na sua pessoa todos os presentes e cumprimentou em particular o Sr. Presidente da União de Freguesia de Noura e Palheiros pela receção. Referiu duas efemérides que iremos ter em 2024, nomeadamente o 50º Aniversário do 25 de Abril de 1974 e os 800 anos da atribuição do Foral a Murça e lembrou que, na sessão da Assembleia Municipal do passado mês de abril, sugeriu que fosse criado um grupo de trabalho/comissão, para organizar essas celebrações porque considera que quanto mais contributos esses programas e essas festividades puderem receber, naturalmente maior validade terá a oferta que se vai proporcionar aos

nossos contrerrâneos de Murça e a quem nos visita em 2024, por ocasião destas duas celebrações. E também será uma forma de valorizar a cultura e enriquecer a oferta cultural que no Município deixa muito a desejar. Referiu os Protocolos de recolha de biorresíduos e aumento da capacidade dos equipamentos de acondicionamento mencionados na informação escrita e lembrou, que existe outra preocupação que é a questão dos grandes detritos, nomeadamente os que resultam de intervenções de obras e de grandes objetos que as pessoas pretendam libertar. Recordou, que no programa eleitoral do Sr. Presidente da Câmara tinha a criação de uma Agência Ecológica Municipal e questionou se há possibilidade de avançar com esse projeto ou se existe algum planeamento relativamente a isso, porque considera que é uma deficiência bastante grave que existe a não existir possibilidade dos munícipes entregarem com relativa celeridade e facilidade esses detritos e depois, embora a falta de civismos não sirva de desculpa, mas a dificuldade na deposição desse tipo de materiais é um convite a depositá-los ao ar livre, como tantas vezes acontece. Quanto ao Interface perguntou se já existe Regulamento para o funcionamento daquele equipamento e em que moldes funciona, neste momento. Existe protocolo com alguma entidade privada ou são os funcionários do Município que durante um determinado período zelam pela manutenção do espaço e depois de uma determinada hora, se houver necessidade de adquirir um bilhete é preciso recorrer a outro espaço? Crê que esses equipamentos deverão estar regulamentados.

- O deputado do PS, Alfredo Veloso, cumprimentou todos os presentes e disse que foi com agrado que verificou a reposição da iluminação no Bairro do Pinheirinho, aproveitando para deixar um agradecimento ao eletricitista da Câmara pelo empenho e trabalho desenvolvido e ainda com a reparação do caminho que liga S. Domingos, à Ribeirinha. Questionou para quando a reparação do troço de estrada Ponte do Ratiço – Noura, que está cada vez mais degradada e é urgente fazer-se uma intervenção.

- O deputado do PSD, Francisco Rodrigues, cumprimentou na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia todos os presentes, em especial os habitantes da sua freguesia e disse o seguinte:

Como membro desta assembleia e membro da Comissão de Festas de Sobredo queria começar por questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Murça e o Senhor Presidente de Junta de Freguesia aqui presentes, o porquê de não termos obtido qualquer resposta às cartas enviadas por esta comissão de festas, para a cedência das chaves da escola primária de Sobredo que funcionava como sede das comissões anteriores aos longo destes últimos 20 anos e a qual deixou de ser, para dar abrigo a uma cuja associação.

De seguida perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que deve ter o conhecimento de causa, que associação foi instalada na escola primária de Sobredo, para que fins serve a associação, que benefícios traz às pessoas da aldeia?

E o povo também pergunta:

Quais foram os critérios usados para a atribuição da escola a este grupo de amigos e família, para ali fazerem as suas tainadas? Será que foi para pagar algum favor político?

Tendo assim preterido a Comissão de S. João, a verdadeira representante do povo, pois há vinte anos que era ali que guardava o seu material e que nos foi sonegado. Era a nossa sede!

Embora a direção da associação o afirme, pergunto:

Há contrato assinado relativamente à cedência da escola? Em que termos foi elaborado esse contrato? Tem duração de 20 anos, como a direção desta associação tanto apregoa? Será que os senhores vereadores não a tempo inteiro têm conhecimento?

E Ainda!

Quem paga a luz e a água que são consumidos pela associação? É a Câmara?

Se é assim, a Câmara a pagar, somos todos nós, o povo que paga, o que torna tudo isto numa ilegalidade, com a qual o Município está a compactuar.

Mais!

Eu sei que o Senhor Presidente vai dizer que a escola está ao serviço da comunidade, mas para vermos que estes senhores estão de má-fé em todo este processo foi-lhes solicitado pela Comissão de Festas a cedência do espaço para a realização de uma atividade a acontecer no próximo dia 12 de Novembro (Magusto), ao qual responderam que sim, mas eles ficariam a explorar o bar. Estaria tudo dito!! Mas posso ainda acrescentar que dizem ser uma associação sem fins lucrativos, então para que seriam os lucros da exploração do bar?

Muito mais havia para dizer...,mas, aguardo portanto que o Sr. Presidente possa responder e elucidar devidamente o povo de Sobredo e esta assembleia. OBRIGADO!

- O deputado do PSD, Pedro Carvalho, cumprimentou todos os presentes e manifestou o seu agradecimento pela reparação da iluminação do Estádio Municipal, porque tal como disse o Sr. Deputado Rui Ramos, também ele questionou o Sr. Presidente por diversas vezes, nesta assembleia, relativamente a este assunto.

- O Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Carlos Gomes, relativamente à intervenção do deputado Rui Ramos sobre o Castro de Palheiros, deu nota que ainda esta semana foi debatido esse assunto com o Sr. Presidente da Câmara. A Junta de Freguesia está atenta, assim como a Câmara Municipal. Naturalmente, que não se consegue chegar a todo o lado ao mesmo tempo, mas estão atentos. Relativamente ao dinheiro dos Baldios, disse que o deputado Rui Ramos é testemunha que ele próprio propôs à Assembleia de Compartes, para que fizessem uma obra e para que colocassem lá o nome deles, para que a Junta de Freguesia não tirasse dali nenhum dividendo político e a resposta que recebeu da Assembleia de Compartes, foi que o dinheiro que tinham era para gastar na Serra da Garraia e muito bem. Agora, só se pode congratular porque já há abertura para gastar esse dinheiro noutros sítios, mas até aqui não foi isso que aconteceu. Há Atas na Assembleia de Compartes onde se pode ler que ele propôs que fizessem as obras e pusessem lá o nome deles e foi-lhe dito que não. Quanto ao eucalipto, disse que ainda esta semana o Senhor Presidente da Câmara lhe transmitiu que falta escolher o escultor, para fazer a obra. Relativamente à estrada de Noura, o deputado Alfredo Veloso tem toda a razão naquilo que diz, porque passa lá todos os dias, mas como pode perceber não é uma obra da Junta de Freguesia, estamos a falar de meio milhão de euros e com certeza que a Câmara vai ter que arranjar forma de executar a obra. Quanto à escola de Sobredo e respondendo ao deputado Francisco André, uma vez que ele na sua intervenção também se referiu ao Presidente da Junta de Freguesia perguntando-lhe se há algum documento assinado pelo Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, responde que se lembre, não assinou documento nenhum.

- A deputada do PS, Paula Catarino, cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

1. Antes da época COVID 19 que veio alterar a vida quotidiana de todos nós, restringindo a liberdade e convívio entre os pares, existia a tradição do passeio anual de idosos que se realizava entre junho e julho.

A pandemia veio interromper esse agradável convívio entre os mais idosos que servia sobretudo para os retirar do isolamento em que muitos vivem e reencontrar conhecidos e amigos.

Terminados os constrangimentos da Pandemia e o retomar à normalidade do quotidiano, foram vários os Municípios que este ano retomaram o passeio de verão. Gostaríamos de saber qual o motivo do mesmo não ter sido retomado em Murça? E agradeceríamos desde já informação, se irá ser retomado o convívio de Natal dos Idosos que também foi interrompido pela pandemia.

2. Com o início de novo ano letivo que esperamos corra de feição a todos, sobretudo às crianças e jovens que frequentam o ensino em Murça, bem como aos professores e pessoal não docente que se encontram diretamente envolvidos nesta nobre missão de ensinar, gostaria que o Sr. Presidente da Câmara me informa-se se neste novo ano os pais e encarregados de educação já terão ao seu dispor uma forma mais prática de pagamento dos serviços

prestados pela Câmara, nomeadamente pagamento através de referência multibanco, transferência bancária ou outra.

3. Relativamente à abertura de Procedimento de Recrutamento para o Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau Divisão de Administração Geral, aprovado por maioria na Assembleia Municipal anterior, gostaríamos de saber qual o ponto de situação volvidos 90 dias após a aprovação.

- A Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Helena Teixeira, saudou todos os presentes e indo de encontro à intervenção do seu colega Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais aproveitou para deixar um abraço solidário a todos aqueles que foram atingidos pelas intempéries do último dia 15. De facto este ano, está a ser um ano bastante crítico e tem sido bastante complicado, para o Concelho de Murça, deixando um abraço a todos.

- O deputado do PS, Rui Ramos, esclareceu que existe efetivamente a vontade por parte da Direção dos Baldios e pela Assembleia de Compartes, de fazerem investimento, mas esse investimento tem de ser feito numa sede. O dinheiro dos Baldios conforme a própria Lei diz, é para se gastar nos Baldios e não se pode esperar que uma Direção dos Baldios, tenha a responsabilidade de compor um jardim ou um caminho, essa competência é da Câmara Municipal, do IP ou da Junta de Freguesia. Da Direção dos Baldios é que não, garantidamente. Existe vontade de investir numa sede, mas o único património que os Baldios de Palheiros tem, e mesmo assim 40% é do Estado são os pinheiros. A vontade é da Assembleia de Compartes que é soberana e quer investir, mas não num património da Junta de Freguesia como é este o caso, assim como numa escola, que é património do Estado e está cedida à Câmara. Quando houver uma solução definida e isto depende da vontade política (Câmara e Junta de Freguesia) de dar à Direção dos Baldios uma oportunidade para recuperar o edifício e fazer obra, para eles terem uma sede e naturalmente esse edifício depois poder ser colocado também ao serviço da comunidade. Reitera, que esta decisão não é sua, nem é da direção é da Assembleia de Compartes dos Baldios da antiga freguesia de Palheiros.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, respondendo às questões colocadas e relativamente às preocupações de habitabilidade do clube, manifestadas pelo Presidente da União de Freguesias, disse que essa preocupação já tem algum tempo, mas quando se pretende servir o povo as coisas não se devem complicar, facilitam-se. Parece-lhe que há aqui demasiada complicação e pouca flexibilidade no sentido de dar melhores condições ao povo. As Comissões de Compartes são soberanas para gerir os recursos que têm, mas seja com os seus recursos, seja com o contributo do património que pertence à Junta de Freguesia ou que pertence ao Município, deve estar ao serviço do

povo e nas melhores condições. Com boa vontade e criatividade e dentro da legalidade, não há nada que não se consiga fazer. Obviamente, que tudo tem de ser inventariado e no que diz respeito a dinheiro do Município, da Junta de Freguesia ou de outra entidade qualquer, há regras que têm de ser cumpridas, nomeadamente regras de contratação, projetos que têm que ser preparados e tudo deve ser bem planeado. Manifestou total disponibilidade, para colaborar na melhoria das condições de habitabilidade e de bem-estar das populações. Relativamente à Zona Industrial, referiu que há um conjunto de aspetos que é preciso ter em conta. Durante duas décadas pouco ou nada se conseguiu fazer, porque havia um problema jurídico complicado para resolver. O processo da Zona Industrial passa por várias fases e não é algo fácil de tratar, são loteamentos sobre loteamentos e ainda há as questões de registo. A autarquia tem dado todo o apoio possível, para ajudar os empresários que ali se queiram instalar e investir. E mesmo não tendo as condições ideais, são melhores do que estavam anteriormente. Quanto ao Castro de Palheiros, reconhece que não está nas condições que gostaria que estivesse, mas existe um processo jurídico que os condiciona de alguma maneira. Disse que, no passado domingo foi dar uma volta até ao Castro e não viu ali condições de visita e de proibição daquele espaço que sejam tão difíceis, como muitas vezes se apregoa, embora pudesse estar em melhores condições e sem lixo. Existem condições de investimento promovido pelo Parque do Vale do Tua e pretendem com esse investimento, que está em curso, lhes permita ter ali um reforço de meios, designadamente de energia. Portanto, é uma falha que ainda permanece e que não está de todo esquecida. Relativamente às escolas, disse que estão disponíveis para todas as possibilidades. A questão da sede ser definitiva ou haver um contrato de comodato, por vários anos, irá dar ao mesmo. A autarquia está disponível para colocar à disposição das populações os meios possíveis, para que as pessoas se encontrem e convivam, minimizando assim o isolamento. Quanto ao memorial, referiu que não está preocupado com a crítica que possa ser feita quando o colocarem, porque é sinal que a obra está feita. É importante ouvir o maior número de pessoas e se houver alguma sugestão que possa ser acatada, tanto melhor. E não critica de forma nenhuma, que a Comissão de Compartes o promova. Independentemente da escolha do Arquiteto, o lugar a ser colocado e de que forma se vai fazer, o importante é que se faça o memorial. Sobre a iluminação do Estádio Municipal, reconhece que demorou mais do que o previsto, mas o fornecedor não conseguiu fazer a entrega das luminárias, no momento em que aquele trabalho foi encomendado, daí o atraso. A empresa MOVER foi quem comprou à EDP um conjunto de empreendimentos hidroelétricos e foi quem colocou o equipamento no Estádio, no âmbito do acordo celebrado. Quanto à questão das camadas jovens, disse que há menos gente a praticar futebol, no Concelho. A autarquia procura apoiar as instituições o melhor possível e com regra, mas dá-lhe total independência, sobre esta matéria. Concorde que o pavimento do estádio necessita de ser remodelado, mas também é necessário recuperar o troço da

estrada Ratiço – Noura e é necessário fazer opções. Quanto à intervenção do Presidente da Junta de Valongo de Milhais, reitera que muito se tem feito, para tentar minimizar os danos que resultaram das intempéries e é muito complicado quando se começavam a ver pequenas árvores a serem plantadas, ver tudo a ser destruído novamente. Referiu que, nunca desistiram e procuraram estar junto das populações, nos momentos mais prementes. Os caminhos agrícolas, estão totalmente danificados e não é fácil pô-los transitáveis quando têm apenas as fragas à mostra, porque a terra que as cobria foi arrastada com as chuvas. Muito se fala de planeamento e do ambiente, mas há duas entidades que são cruciais neste processo, a APA - Agencia Portuguesa do Ambiente e o ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e Florestas. O Município, nem sequer tem opinião a dar, quando se trata de uma linha de água ou relativamente à floresta. Celebramos Protocolos com estas duas entidades, que ainda não conseguimos levar a cabo. Recentemente, pedimos para nos prorrogarem o prazo, porque ainda não o conseguimos implementar. Neste caso, as verbas são significativas e os procedimentos são muito complexos, em termos de implementação e execução. Estas verbas foram financiadas a 100 % e não se consegue arranjar empresas que cumpram os requisitos exigidos e que aceitem fazer estes trabalhos. Sobre as duas efemérides que teremos em 2024 (Comemoração dos 800 anos da atribuição do Foral a Noura e Murça e o 50º Aniversário do 25 de abril de 74), disse que iremos comemorar estas importantes datas de forma digna e tendo em conta a opinião das pessoas, mas sem precisarmos criar uma Comissão remunerada, para o efeito. Quanto aos Protocolos dos Biorresíduos e do investimento feito na capacidade da recolha dos resíduos sólidos urbanos, disse que não há nenhum empreiteiro que não saiba como resolver o problema dos seus resíduos, embora não seja gratuito é dentro da legalidade. Quanto à criação da Agência Ecológica Municipal, referida pelo deputado André Lage e constante do compromisso eleitoral, respondeu que não é para termos um lugar onde se possa colocar tudo que seja resíduos, é uma Agência que discuta com quem de direito, aquilo que deve ser feito sobre esta matéria, mas acima de tudo, o importante é criarmos alternativas. Sobre o Interface, respondeu que está em curso um Protocolo e que não está a funcionar como deve ser. Um Interface Rodoviário tem acima de tudo um objetivo ambiental, estando próximo de um conjunto de estacionamento que permita a cada um, deixar a viatura e apanhar facilmente o autocarro. O Protocolo que existe não está a funcionar como deve ser, porque para termos aquele equipamento a funcionar nos horários que estão previstos é necessário ter lá pelo menos três funcionários, mais a despesa com energia, água, comunicações, etc.. e então, decidimos promover um processo de concessão a privados, o mais breve possível. Respondeu ao deputado Alfredo Veloso que a estrada de Noura, é uma obra que já está em projeto e tudo fará para que em 2024, seja uma realidade. Quanto à intervenção do deputado Francisco Rodrigues, disse que é um assunto pertinente, que aquele equipamento pertence ao Município, mas

deve estar ao serviço da população. Se a associação que foi criada tem comportamentos que não são apropriados é necessário criar condições, para os comportamentos serem diferentes. Neste momento ainda não há Protocolo. Houve apenas uma reunião, e nessa reunião houve vontade de uma associação devidamente constituída poder dinamizar aquele equipamento, mas não pode a vontade de uma pessoa condicionar a vontade de uma população. Relativamente ao passeio dos idosos, disse que em 2023 ainda não houve o conforto sanitário apropriado para promoverem essa iniciativa. Aludiu que, não o pretende fazer no último ano de mandato, porque se for candidato não é apropriado. O assunto está pensado, mas não pode ser programado de um dia para o outro. Uma atividade destas tem de estar devidamente orçamentada e cabimentada. Disse que, em 2024 esse passeio deve acontecer e que gosta particularmente deste tipo de encontros, porque gosta de estar com as pessoas, mas reconhece que se fosse feito freguesia a freguesia, seria menos complicado e é preciso pensar-se melhor, em que moldes se vai fazer. Quanto ao Convívio de Natal, disse que o apoio financeiro é para continuar, deixando de acontecer o convívio tradicional que antigamente se fazia. Quanto ao início do ano escolar e ao pagamento das refeições através de referência multibanco ou outro tipo de modalidades, disse que tudo irá fazer para que aconteça. Essa é uma preocupação e espera que no processo de modernização administrativa, Murça consiga manter um bom desempenho, mas não é só preciso ter prémios o que é preciso, é que as pessoas sintam o que está a acontecer e que isso simplifica as suas vidas. Quando ao procedimento de Recrutamento para o Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau disse que, aquilo que a Lei permite é que ao fim de 90 dias esteja iniciado o processo de promoção de concurso e espera que tudo esteja a decorrer de acordo com aquilo que a Lei diz, relativamente a essa matéria.

- O deputado do PS, Rui Ramos, agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara, pelos esclarecimentos e disse, que enquanto Presidente da Mesa de Compartes a sua disponibilidade é total. Claro que, quando exista a definição do projeto para o memorial ao eucalipto, ele mesmo colocará à deliberação da Assembleia de Compartes, essa comparticipação/ajuda, seja a forma que for. Necessitam apenas de ter algo concreto, para que se possa deliberar. Mais disse, que o importante é que haja boa vontade, para que os valores se coloquem ao serviço da comunidade. Reitera que, a disponibilidade é total o que é necessário, é que as coisas fiquem claras, o que é património do estado, da Junta de Freguesia, da Comissão de Festas, etc. Por isso, disponibiliza-se e aguarda o convite do Sr. Presidente da Câmara para reunirem, juntamente com a União de Freguesias de Noura e Palheiros e com o Presidente da Direção dos Baldios, para que possam discutir esta temática e encontrarem uma solução.

- O deputado do PS, André Lage, diz: o Sr. Presidente da Câmara, referiu que constituir Comissões de Celebração ou grupos de trabalho, é o mesmo que não fazer nada, mas o dizer, havemos de falar, também é o mesmo que não dizer nada. Entende, que o Partido Socialista tem o direito e deve dar o seu contributo quando se celebram os 50 anos do 25 de abril. O Partido Socialista considera que é justo dar o seu contributo para um programa das celebrações e, nesse sentido, se o modelo da Comissão de Trabalho ou um Grupo de Trabalho, não é o modelo adequado que seja outro ou que seja uma mera convocação, para uma reunião, para que possam dar as suas ideias e contribuir para esse programa. É isso que espera e que ficará a aguardar da parte do Senhor Presidente. Quanto ao Parque Industrial de Palheiros, o Senhor Presidente enumerou as vantagens que o Parque Industrial tem em comparação com muitos outros, nomeadamente a questão das infraestruturas e da localização, mas na verdade, o investimento vai para outras paragens e não fica ali. Referiu que, apesar dos constrangimentos que existem no setor da construção civil, devido ao aumento das matérias-primas, entre outros problemas, este setor não paralisou. Sabe que, existe um Regulamento para o Parque da Zona Industrial de Palheiros, que diz que há um prazo para executar o investimento a partir do momento que são celebradas as escrituras, recordando que numa assembleia anterior, lhes terá dito, que estariam 12 escriturados. Questionou quais as datas dessas escrituras a fim de saber se já há incumprimento face ao Regulamento, porque embora compreenda que terá que haver uma certa flexibilidade, também é necessário haver decisões relativamente ao investimento. Relativamente ao que referiu sobre o investimento no turismo, entende que também esbarra um pouco na problemática do Parque Industrial. Murça, tem oportunidades extraordinárias para o turismo, mas é preciso saber promover melhor Murça e as suas vantagens, quer em termos turísticos, quer a quem pretenda investir e instalar aqui, o seu negócio/empresa.

- O deputado do PSD, Francisco Rodrigues, disse ficar agradado por saber que não foi celebrado o Protocolo e também sabe que a responsabilidade não é da União de Freguesias, é da Câmara Municipal, que é a quem pertence o património. O Senhor Presidente disse que não foi celebrado o Protocolo, mas porque é que as chaves foram entregues àquelas pessoas, em detrimento da Comissão de Festas? Eles só usam aquelas instalações porque têm autorização para o fazer. E porque é que eles deitaram parte do muro da escola abaixo? Tinham autorização? Quem autorizou? Sabe que, foi levantado um auto por parte das autoridades e que foi dado conhecimento à Câmara Municipal e a Câmara mesmo tendo conhecimento de tudo que ali se passa, compactua com tudo isto. Referiu que, o muro foi demolido numa sexta-feira, pelas 20:00 horas, muito provavelmente para se evitarem os serviços da Câmara Municipal, o que em sua opinião, é bem demonstrativo que estão a agir de má-fé. Mais referiu, que 80% da população está com a Comissão de Festas e apelam inclusive, para que

Comissão de Festas continue a celebrar o S. João, conforme vem acontecendo há mais de 20 anos, com o objetivo de promover o convívio entre os habitantes da aldeia e demais conterrâneos e amigos que vêm à aldeia, por altura das festividades.

- O deputado do PS, Alfredo Veloso, esclareceu que, quando colocou a questão sobre a estrada de Noura não referiu que a União de Freguesias tinha responsabilidades, porque sabe que a junta não tem como financiar aquela intervenção. Mas, já que o Sr. Presidente da União de Freguesia diz que está atento, então que esteja mais atento à Freguesia de Noura, porque tem muito com que se preocupar.

- O Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Carlos Gomes, corrigiu o deputado Francisco Rodrigues, referindo que ele deveria ter dito, abriram uma entrada nesse muro e não que deitaram o muro abaixo. Porque, quem ouviu o que ele disse na sua intervenção até parece que deitaram o muro todo abaixo, quando não é verdade. Aquilo que lá fizeram, foi abrir um portão. Esclareceu que foi alertado pela Guarda Nacional Republicana, por volta das 20 horas do que estava a acontecer e ele próprio foi ao Sobredo, ver o que se estava a passar.

- O deputado do PSD, Francisco Rodrigues, confirmou que o Sr. Presidente da Junta tem toda a razão, quando diz que foi deitado abaixo apenas parte do muro, mas não deixa de ser uma obra que ali foi efetuada e pergunta com que autorização? Tinham autorização para fazer o que fizeram?

- O Presidente da câmara Municipal, Mário Artur Lopes, acrescentou que relativamente a regras regulamentares do muro, da Zona Industrial e de outros aspetos, se existem regulamentos e se existem instrumentos legais, devem ser cumpridos. Disse que, na Câmara, ele é apenas autarca e não é técnico e em nenhum momento impede que as regras sejam cumpridas. Quanto à questão das Comissões, respondeu ao deputado André Lage que não há qualquer intenção de impedir seja o que for, como por exemplo que este Órgão Deliberativo promova celebrar o 25 de abril, de acordo com o que achar apropriado.

- O deputado do PS, Rui Ramos, procedeu à leitura de um Voto de Pesar, que se transcreve:

“VOTO DE PESAR

Pelo falecimento de Augusto dos Santos Fernandes

Augusto dos Santos Fernandes nasceu na Freguesia de Sendim, Alfândega da Fé., tendo falecido no passado dia 2 de julho de 2023 na freguesia de Fiolhoso.

Em Angola, ex-colónia portuguesa, foi agente da autoridade. Regressou a Portugal em virtude do processo de descolonização fruto do 25 de abril de 1974, onde teve uma vida social e política bastante ativa, com particular ênfase nas coletividades desportivas da região, tendo sido treinador de diversos clubes de Futebol, quer das camadas de formação, quer dos seniores.

Calcorreou o concelho de Murça de lés a lés, nomeadamente nas funções de avaliador de imóveis rústicos. Foi um homem dinâmico na sua localidade de Cadaval e um destacado protagonista político ao assumir funções na Junta de Freguesia de Fiolhoso, eleito nas listas do Partido Socialista ao longo de mais de 20 anos. Ficará para sempre ligado ao trabalho autárquico que a freguesia de Fiolhoso impulsionou durante a década de noventa e primeiros anos do século XXI, tendo culminado com a edificação de um lar de idosos e uma inédita visita dos Primeiros-Ministros de Portugal e do Luxemburgo à aldeia de Fiolhoso. O seu dinamismo e positivismo não deixavam ninguém indiferente, era um homem sonhador que desejava uma sociedade mais justa e equilibrada. É o exemplo de Homem e de autarca que devemos recordar e a quem prestamos homenagem.

Pelo exposto, a Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Murça, através deste Voto de Pesar, expressa as suas sentidas condolências aos familiares e amigos de Augusto dos Santos Fernandes, em particular à sua mulher Fernanda e aos seus dois filhos João e Paulo, convidando todos os membros deste órgão a ele se associarem, propondo ainda que do mesmo se dê conhecimento à família.

Murça, 28 de setembro de 2023

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Murça”

- O deputado do PSD, Pedro Carvalho, disse que, a Bancada Parlamentar do Partido Social Democrata se associa a este Voto de Pesar e ainda aproveitou para fazer uma homenagem pessoal, referindo que foi com o seu avô e o seu tio, que o Sr. Augusto passou uma grande parte destes 20 anos.

Votação:

Votantes	21
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	21

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

- O deputado do PS, André Lage, procedeu á leitura de um Voto de Louvor, que se transcreve:

“VOTO DE LOUVOR

A José Luís Borges Coelho

José Luís Borges Coelho nasceu no concelho de Murça em 1940

Fez o Curso Superior de Canto no Conservatório de Música do Porto, tendo-se licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1968. Com uma vida dedicada ao ensino da Música mas também da História, da Sociologia e do Português em vários estabelecimentos de ensino, em particular no Grande Porto.

Presidiu ao Conselho Diretivo do Liceu Alexandre Herculano, no Porto, e ao Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Braga. Foi também diretor pedagógico da Academia de Musica de Viana do Castelo e da Cooperativa de Ensino Artístico Arvore. Foi Técnico do Ministério da Educação para a área da Música onde ajudou a fundar escolas profissionais de música e pertenceu ao primeiro Núcleo de Inspeção da Zona Norte do Ensino Secundário.

Maestro Fundador do Coral de Letras da Universidade do Porto em 1966, instituição que ao longo da sua história já realizou centenas de concertos em Portugal e em diversos países europeus, tendo sido distinguida com a medalha de Mérito Cultural do Ministério da Cultura. Foi também diretor do Coro Misto Sacro de S. Tarcísio, do Orfeão do Porto e do Coro do Círculo Portuense de Opera. Contribuiu para a promoção da Música Portuguesa, em particular a Musica Coral do Compositor Fernando Lopes-Graça. No teatro compôs música para várias peças e no cinema fez arranjos e músicas para dois filmes do mais prestigiado e aclamado realizador português, Manoel de Oliveira. Foi ainda tradutor, colaborou em festivais de música, teve ligações a várias entidades como o Centro Cultural de Belém a Fundação de Serralves e o Município de Matosinhos.

Integrou os conselhos gerais da Culturporto, da Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto, do Instituto Politécnico do Porto, do Conservatório de Música do Porto e da Cooperativa Árvore. Fez parte do Conselho de Administração da Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura e da Fundação Casa da Música.

Não foi apenas na Música e no Ensino que José Luís Borges Coelho se distinguiu, teve também um relevante trabalho enquanto ativista sindical, enquanto membro do Grupo de Estudos do Pessoal Docente, mais tarde

Sindicato dos Professores da Zona Norte, do qual é membro fundador e a cuja Assembleia Geral pertenceu. Foi ainda fundador e 1º Vice-presidente da Associação dos Profissionais do Ensino da Música.

Na política, foi membro do Gabinete de Imprensa do MDP/CDE em 1973, foi candidato a deputado pelas listas da APU e da CDU e candidato a eleições autárquicas em Murça. Foi delegado a congressos do Partido Comunista Português, membro do sector intelectual da DORP do PCP, pertenceu ao Conselho Regional do PCP e desempenhou as funções de deputado na Assembleia Municipal do Porto, eleito pela CDU.

Ao longo da sua vida foi inúmeras vezes agraciado com prémios e distinções, com destaque para a Medalha de Mérito, Grau Ouro, atribuída pela Câmara Municipal do Porto. A 3 de julho de 2017, foi-lhe concedido o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade do Porto

No passado dia 9 de julho, recebeu, juntamente com, Pedro Abrunhosa, Rui Reininho e os GNR, a Medalha de Honra da Cidade do Porto. Nas palavras do também distinguido Pedro Abrunhosa "(...) foi a medalha ao Maestro Borges Coelho, que me fez chorar por dentro a emoção que não ousei usar por fora, Borges Coelho é dos mais inteiros seres humanos com que jamais privei. Bondade e ética não são termos que se apliquem a quem os exerce de forma tão genuína (...) Trabalho, paixão, dedicação plena à música, fizeram com que fundasse o Coro da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. A música coral portuguesa, da renascença aos nossos dias, confunde-se com a história plena de reconhecimento deste coro."

José Luís Borges Coelho é um dos mais ilustres murcenses, merecedor de todas as homenagens e, principalmente, da divulgação da sua obra, do seu trabalho e do seu notável percurso cívico. A atribuição de mais este galardão, por parte do Município do Porto, só vem reforçá-lo.

Nesse sentido, a Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Murça, propõe a aprovação de um Voto de Louvor ao Maestro José Luís Borges Coelho, procurando contribuir para o reconhecimento que lhe é devido também pelo seu município natal.

Murça, 28 de Setembro de 2023

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Murça."

- O deputado do PSD, Pedro Carvalho, disse que, a Bancada Parlamentar do Partido Social Democrata se associa a este Voto de Louvor. Lembrou, que o Dr. José Luís Borges Coelho foi homenageado em 2017, pela Junta de Freguesia de Murça, desafiando o Sr. Presidente da Câmara a promover uma nova homenagem a este conterrâneo, na sua própria terra.

- O Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Carlos Gomes, reconhece que, tudo que seja do nosso Concelho ou alguém que tenha feito algo pelo Concelho de Murça deve ser

reconhecido. Agora, não se pode cair na asneira de achar que um indivíduo que nasceu em Lisboa, viveu toda a sua vida em Lisboa e só porque o seu pai era de Murça, venha dizer que é 100% Murcense. Disse que, não está contra este Voto de Louvor, apenas não conhece este senhor e não conhece a obra que fez em Murça, por isso faz-lhe alguma confusão, contudo se alguém tiver oportunidade de lhe mostrar a obra que ele fez, em Murça, tem todo o gosto em conhecer.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, referiu que, este senhor nasceu em Murça, estudou cá e tem família e amigos em Murça. É um homem da terra, é uma referência a nível nacional e é alguém que deve ser homenageado e valorizado. Reitera que, em 2017 foi-lhe feita uma homenagem bastante pertinente, pela Junta de Freguesia de Murça e mesmo não tendo a grandeza das homenagens referidas, também deveria constar deste Voto de Louvor, porque tudo o que é feito aqui, também tem a sua importância.

- O deputado do PS, André Lage, esclareceu que não foi incluída essa homenagem porque desconhecia que ela tivesse acontecido e questionou se existe alguma publicação no *site* da Câmara a referir isso mesmo, porque na consulta que fez, não encontrou qualquer referência.

Votação:	
<i>Votantes</i>	21
<i>Abstenção</i>	00
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	21

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

Ausentou-se da sessão o deputado do PSD, Basílio Garcia

- O deputado do PS, Alfredo Veloso, procedeu à leitura de um Voto de Congratulação à Irmandade da Santa casa da Misericórdia, que se transcreve:

“VOTO DE CONGRATULAÇÃO

À Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Murça pelo seu centenário

No dia 30 de junho de 2023, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Murça comemorou um século de existência.

A Santa Casa da Misericórdia de Murça é uma instituição marcante na vida deste concelho, fortemente implantada no território e crucial dada a relevância da nobre missão que desempenha, em particular na assistência aos mais vulneráveis e frágeis entre nós: os idosos, os doentes e as crianças.

Ao longo dos tempos, foi-se dotando de uma rede cada vez maior e mais moderna de assistência e de valências, com novas infraestruturas, possuindo hoje três estruturas residenciais para idosos (ERPI), centros de dia, unidade de cuidados continuados, infantário, serviço de apoio domiciliário por todo o concelho, bem como uma participação na Escola Profissional de Murça.

Celebrar o centenário, é inevitavelmente um momento de júbilo e de homenagem a todas e todos quantos se dedicaram ou dedicam a essa instituição, começando pelos seus fundadores, mas sem esquecer os membros dos órgãos sociais, dirigentes, técnicos, funcionários, voluntários, bem como todas as entidades com as quais a Santa Casa foi colaborando ao longo do tempo. Sem eles, atravessar 100 anos de história certamente não teria sido possível.

São grandes os desafios do futuro, nomeadamente o envelhecimento cada vez mais acentuado da população deste território, o que requiere a procura permanente de novas soluções, de forma a proporcionar respostas e cuidados cada vez melhores.

Certamente que se esta instituição secular continuar revestida pelos valores do humanismo, da independência, da solidariedade e do amor ao próximo o caminho para o bicentenário estará ao seu alcance!

Pelo exposto, a Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Murça, propõe a aprovação de um Voto de Congratulação à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Murça por ocasião do seu centenário.

Murça 28 de setembro de 2023

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Murça.”

- O deputado do PSD, Pedro Carvalho, disse que, a Bancada Parlamentar do Partido Social Democrata se associa a este Voto de Congratulação. Disse que, em seu entender, está a ser feito um bom serviço, mas que poderia ser feito muito mais por este Concelho e a Santa Casa, tem um papel preponderante e não o está a executar de forma correta.

Votação:

Votantes	20
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	20

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

Regressou à sessão o deputado do PSD, Basílio Garcia

- O deputado do PS, Tiago Meireles, procedeu à leitura de um Voto de Congratulação à Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Murça, C.R.L., que se transcreve:

“VOTO DE CONGRATULAÇÃO

À Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Murça, C.R.L.

Estando uma grande parte do território do Concelho de Murça localizado em zona de elevada tradição no cultivo da oliveira, a Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Murça, C.R.L., fundada no ano de 1956, reveste-se da maior importância num município cuja base económica assenta maioritariamente na agricultura. Trata-se de um azeite com Denominação de Origem protegida, com a denominação de Azeite de Trás os Montes.

Com efeito, ao longo dos anos, esta instituição tem desenvolvido um trabalho sólido, persistente, credível, com os olhos postos no futuro e no desenvolvimento de produtos de qualidade exímia. Tudo isto aliado a uma constante modernização e até pioneirismo nas técnicas de produção, na imagem, na adaptação às necessidades e exigências dos diversos públicos, sem nunca desvirtuar um produto que se quer 100% natural.

Se a imagem de Murça está muito ligada à produção de azeite de qualidade, é indesmentível que nos últimos anos a cooperativa agrícola tem tido um reconhecimento notável. No ano de 2022 e 2023 alcançou o feito extraordinário de ter cerca de 80 medalhas atribuídas nos mais diversos concursos e provas em Portugal e pelo mundo fora. Tendo por base a publicação do ranking mundial, foi nos últimos dois anos, a cooperativa mais medalhada de Portugal e a 28ª sociedade oleícola no mundo em 2022. De acordo com o World Best Healthy Ewoo Contest, o azeite Porca de Murça DOP, é o terceiro azeite mais saudável do mundo e o azeite português com maior concentração de Oleocanthal, composto fenólico natural relevantíssimo para inúmeras patologias. Certamente será mais um caminho que se abre na valorização deste produto de excelência produzido no nosso concelho.

Por todo o percurso que a Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Murça, C.R.L., tem trilhado, pelo prestígio que tem conseguido alcançar - levando o nome de Murça aos quatro cantos do mundo - a bancada do Partido

Socialista na Assembleia Municipal de Murça, propõe a aprovação de um voto de Congratulação à Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Murça, CRL, reconhecendo o trabalho que tem sido desenvolvido pelos seus órgãos sociais, pelos seus funcionários e, não menos importante, pelos cooperantes que, ano após ano e mesmo confrontados com as vicissitudes que o sector agrícola atravessa, tudo fazem para produzir um dos melhores azeites do mundo.

Murça, 28 de setembro de 2023

A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Murça.”

- O deputado do PSD, Pedro Carvalho, disse, que a Bancada Parlamentar do Partido Social Democrata, se associa a este Voto de Congratulação.

Votação:	
Votantes	21
Abstenção	00
Contra	00
A Favor	21

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

//

Período da Ordem do Dia

1 – Informação do Presidente da Câmara Municipal;

(Alínea c) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

2 – Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo do ponto 3, da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal de Murça de 30 de novembro de 2022;

(Lei nº8/2012 de 22 de fevereiro)

3 – Proposta 37/GAP/2023 – Centro de Apoio ao Idoso. Junta de Freguesia de Jou. C.A.I. Apoio Financeiro;

(alínea m) do nº 1, do art.º 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro)

4 - Proposta 40/GAP/2023 - Autorização para início do procedimento de contratação de empréstimo. Execução de empreitada para reposição de equipamentos e infraestruturas municipais danificadas pelos incêndios florestais ocorridos em 2022;

(nos termos, e para os efeitos, previstos no n.º 2, do artigo 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3/09 e ulteriores ao abrigo do instituto jurídico previsto nos n.ºs 1, 3 e 5, do art.º 164.º do CPA)

5 - Proposta 41/GAP/2023 - União das Freguesias de Carva e Vilares. Comparticipação em investimentos;

(Alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

6 - Relatório do auditor externo sobre a informação financeira do 1.º semestre de 2023;

(nos termos do art.º 77, n.º 2, alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)

7 - Aquisição de serviços para “Revisor Oficial de Contas 2023/2026”;

(nos termos do art.º 77, n.º 2, alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)

8 - Análise do Júri - Contratação de Empréstimo de médio/longo prazo, ao abrigo do n.º 1 do art.º 41.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

(nos termos da alínea ccc) do n.º 3, do art.º 33.º do regime jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

9 - Proposta 49/GAP/2023 - Junta de Freguesia de Murça. Comparticipação em investimentos;

(Alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

10 - Proposta 50/GAP/2023 - Alteração dos Estatutos/Pacto Social e da estrutura do capital social da Escola Profissional Marquês de Valle Flôr, Lda;

(art.ºs 22.º e 22.º-A, da Lei 50/2012, de 31 de agosto)

11 - Proposta 51/GAP/2023 - Revogação da autorização para início do procedimento de contratação de empréstimo; Aquisição de duas parcelas de terreno.

(nos termos do disposto do n.º 1, do artigo 165.º, do CPA)

_____/ / _____

1 - Informação do Presidente da Câmara Municipal;

(Alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

“Nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

Assim, em cumprimento deste preceito legal, apresenta-se à Assembleia Municipal informação escrita sobre os aspetos que consideramos mais relevantes da atividade municipal desenvolvida no período que decorreu entre o dia 18 de junho e o dia 21 de setembro de 2023.

1. **Pedido de suspensão de Mandato Autárquico.** António Luís Marques, eleito vereador nas últimas eleições autárquicas, exercendo desde então a função de Vice-Presidente da Câmara Municipal de Murça, solicitou a suspensão do mandato, com efeitos a partir do dia 10 de agosto de 2023. Na qualidade de quadro da administração pública, irá exercer funções na Comunidade Intermunicipal do Douro - CIM Douro.

2. **Tomada de Posse do Vereador da Câmara Municipal de Murça.** Por motivo de suspensão do mandato do Vereador António Luís Marques, tomou posse, Avelino José Marques dos Santos, na qualidade de cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista apresentada pelo Partido Social Democrata às eleições Autárquicas 2021, para a Câmara Municipal.

Nos termos do disposto no n.º 3, do Artigo 57º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, foi designado como Vice-Presidente da Câmara Municipal de Murça, o Vereador a Tempo Inteiro, Avelino José Marques dos Santos, que substituirá o Presidente da Câmara nas suas faltas e impedimentos.

3. **Despacho Normativo 10/2023, de 19 de Julho.** Cria um apoio financeiro que se destina aos agricultores, pessoas singulares ou coletivas, cujas explorações agrícolas, nomeadamente nos pomares de macieiras e na cultura da vinha, se situem nos municípios da região Norte e Centro, que tenham sofrido danos causados pelas chuvas intensas acompanhadas de forte queda de granizo, ocorridas no período compreendido entre 27 de maio e 12 de junho de 2023. Este despacho normativo define as regras de atribuição do apoio financeiro, designadamente no que respeita aos beneficiários e aos respetivos montantes, bem como às entidades intervenientes e aos procedimentos a adotar para a sua atribuição. O apoio tem uma dotação máxima de 50 mil euros a distribuir pelos concelhos de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Murça, Penedono, Sernancelhe, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa, e Mêda. O apoio a conceder, sob a forma de subvenção não reembolsável, é fixado até ao montante máximo de 35 euros por hectare de área afetada para pomares de macieiras e vinha e consiste no pagamento de despesas realizadas, para efeitos de minimização dos prejuízos causados, com a aquisição de adubos foliares e produtos fitofarmacêuticos. Ao valor aferido nos termos do número anterior acresce o apoio de 20 euros por hectare, com vista a cobrir os custos de aplicação dos adubos e produtos fitofarmacêuticos referidos no número anterior. Caso o montante global, decorrente das candidaturas apresentadas, venha a ultrapassar o montante fixado, a ajuda é objeto de rateio, reduzindo-se proporcionalmente em função do excesso verificado e diminuindo-se, em conformidade, o montante da ajuda a conceder. O pedido de apoio tinha um prazo máximo de 30 dias após a data de publicação do despacho normativo.

4. **Reunião com a Sra. Ministra da Agricultura e da Alimentação, Dra. Maria do Céu Antunes.** No passado dia 22 de agosto juntamente com o Presidente da CIMDOURO, Carlos Silva, o Presidente da Câmara Municipal de Foz Côa, João Paulo Sousa e o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Alijó, Vitor Emanuel Ferreira, deslocamo-nos a Lisboa para reunir com a Sra. Ministra da Agricultura e da Alimentação, Maria do Céu Antunes. O assunto debatido prende-se com a falta de apoios aos agricultores, da parte do

Governo, para minimizar as intempéries ocorridas entre os dias 27 de maio e 12 de junho.

5. **Estratégia NORTE 2030.** Decorreu no dia 4 de julho, no Europarque, em Santa Maria da Feira, seminário no âmbito da Estratégia de Desenvolvimento do NORTE para o Período de Programação 2021-2027 das Políticas da União Europeia e após a aprovação dos Programas que integram o PORTUGAL 2030, nomeadamente o Programa Regional do NORTE 2021-2027 (NORTE 2030). Neste evento, além da análise do enquadramento estratégico da Região do Norte no contexto nacional e europeu, foram apresentados os principais instrumentos de financiamento da Estratégia NORTE 2030 para o ciclo 2021-2027, nas suas diversas dimensões e programas. Para a CIMDOURO estão previstos 157 milhões de euros a distribuir pelos 19 municípios. Foi efetuada uma proposta que ainda não é definitiva, para dividir, igualmente, 20,6 milhões de euros e os restantes 136,9 milhões de euros são distribuídos equitativamente em função do valor do Fundo de equilíbrio financeiro (FEF) e da população.

6. **Centro de Saúde de Murça.** No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, o Município vai fazer um investimento, de cerca de 800 mil euros, para possibilitar uma empreitada de adaptação e ampliação da Unidade de Saúde Familiar de Murça / Centro de Saúde, equipamento ao serviço da população desde 1992, onde se prevê ainda a aquisição de bens e equipamentos para o apetrechamento desta unidade. Este melhoramento insere-se na estratégia de fortalecimento da rede de cuidados de saúde primários existente e da modernização dos Serviços de Saúde do concelho que, por delegação do Governo, assumimos competências de gestão na Saúde desde abril de 2023.

7. **Ponte de Ribeirinha e Penabeice.** O Despacho n.º 8217-A/2023, autoriza a celebração de contratos-programa e acordos de colaboração para a atribuição de apoios para reparação de infraestruturas e equipamentos provocadas pelas cheias de 2022/2023. Os equipamentos foram vistoriados pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) depois de levantada a necessidade pelo município Murça, que viu aprovado em 60% o apoio solicitado. O montante global para a requalificação das pontes da Ribeirinha e de Penabeice ronda os 466.000,00€, sendo que 279.000,00€ provêm da candidatura efetuada.

8. **Receção dos novos colaboradores do Município de Murça.** Iniciaram funções no dia 1 de setembro, os novos colaboradores do Município que ingressaram na Função Pública através do Aviso n.º 1643/2022, de 12 de Agosto - procedimento concursal comum para ocupação de 30 postos de trabalho para a categoria de assistente operacional.

9. **Ação Social Escolar. Oferta dos livros de fichas de consolidação escolares.** O Município de Murça, à semelhança dos anos letivos anteriores, oferece os livros de fichas de consolidação escolares para o ano letivo de 2023 / 2024, a todos os alunos do primeiro e segundo ciclo do Ensino Básico. Com esta medida, o Município de Murça quer proporcionar igualdade de oportunidades no acesso ao sucesso escolar, concretizada pela criação de apoios e complementos educativos, e sendo a Educação um dos pilares fundamentais para o

desenvolvimento do potencial humano, o Município de Murça continua a apoiar as famílias do concelho.

10. Plano Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar PIPSE. O Município de Murça vai constituir uma equipa multidisciplinar com o objetivo de promover o sucesso escolar. Na sequência dos Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE), o Programa Regional [NORTE 2030](#) inclui uma linha de financiamento de iniciativas municipais e intermunicipais no campo da educação, integradas nos agora designados Planos Intermunicipais de Promoção do Sucesso Escolar (PIPSE), terá a duração de três anos letivos. Os PIPSE visam a mobilização de mais recursos da comunidade para a educação, o alargamento do compromisso pelo sucesso escolar de todos e o enriquecimento da vida escolar das crianças e dos jovens, com envolvimento dos municípios, das escolas, das famílias, de outros serviços e instituições locais.

11. Regime de Leite Escolar e Fruta Escolar. O Regime Escolar - Leite Escolar e Fruta Escolar - é uma iniciativa de âmbito europeu, financiada pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP, I.P.), que tem como objetivo a promoção do consumo de frutas, produtos hortícolas e leite junto das crianças em idade pré-escolar e dos alunos em idade escolar do 1º ciclo de ensino. O Município de Murça tendo presente a importância de reforçar a promoção de hábitos alimentares saudáveis nas crianças e alunos do concelho, aderiu ao Regime Escolar em ambas as valências.

12. Inauguração da Sede e Centro Social do Grupo Desportivo e Recreativo de Fiolhoso. Decorreu no dia 17 de agosto, em Fiolhoso, a inauguração da Sede e Centro Social do Grupo Desportivo e Recreativo de Fiolhoso, um equipamento multifuncional, para atividades culturais, recreativas e de âmbito social, apoiado pelo Município de Murça. O evento contou com a presença do Executivo da Câmara Municipal, Junta de Freguesia de Fiolhoso, Órgãos Sociais da Associação, o Presidente de Câmara de Beaufort, Presidente da Assembleia Municipal de Murça, representantes do Grupo Desportivo e Recreativo de Fiolhoso em Beaufort e da Associação Multicultural de Diekirch. O momento solene foi marcado por uma homenagem aos antigos presidentes do Grupo Desportivo e Recreativo de Fiolhoso.

13. Promoção do Desenvolvimento e Valorização do Concelho de Murça. Desporto Automóvel. O Município de Murça, pelo segundo ano, vai apoiar a prática de desporto motorizado, que tem longa e enraizada tradição em Murça. As competições de âmbito local, regional, nacional e internacional também são um meio de promoção e desenvolvimento social, económico e cultural do nosso Concelho. Podem candidatar-se a estes apoios, pilotos que participem em provas de Desporto Automóvel, nas suas diferentes categorias de âmbito nacional, e sob a égide da Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting (FPAK). O valor a compartilhar destina-se a suportar 80% dos custos com a rubrica inscrição, tem como referência os regulamentos das provas sob a égide da Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting (FPAK). É ainda requisito para se candidatar a este apoio ser residente no concelho e ter participação regular em provas ou campeonatos. Os beneficiários deste apoio têm de cumprir um conjunto de requisitos, entre os quais o envio dos comprovativos da inscrição

nas provas, bem como o envio de evidências como fotografias, resultados e proceder à colocação, nas viaturas, do logotipo oficial do Município de Murça ou de outros símbolos associados ao Município.

14. Roteiro de desenvolvimento sustentável e integrado. EM parceria com a Agencia Portuguesa do Ambiente e da EDP Comercial / mobie foi iniciado o processo de instalação de novos postos de carregamento elétricos na vila de Murça, nomeadamente 4 novos pontos de carregamento a distribuir por 2 instalações, um Posto de Carregamento Normal PCN e um Posto de carregamento rápido PCR. Para além dos Postos de carregamentos elétricos da vila de murça foi ainda decidida a instalação de um HUB numa articulação com o município de Alijo na zona no alto do Pópulo. O HUB é um posto de carregamento ultrarrápido e desde momento não existe nenhum em toda a região da Trás-os-Montes e Alto Douro.

15. Modernização dos equipamentos de acondicionamento de Resíduos Sólidos Urbanos. Foram adquiridos um conjunto de novos contentores de RSU, concretamente de 800L e de 1100L e por motivos de higienização e de salubridade estão equipados com sistema de pedal de forma a evitar o contacto manual com os contentores. Encontramo-nos, neste momento, numa fase de diagnóstico e de análise para efetivar as substituições de contentores, esperando até ao final do ano ter efetivado as mais prementes situações, de forma articulada com a Juntas de Freguesia. Esta estratégia de renovação de contentores terá continuidade nos anos de 2024 e 2025 de forma a conseguir-se em 2 anos termos um parque totalmente renovado.

16. Apoio à esterilização de animais de companhia e apoio à identificação eletrónica. O Município de Murça aderiu às campanhas do Departamento de Bem Estar de Animais de Companhia do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, concretamente apoio à esterilização de animais de companhia e apoio à identificação eletrónica. Este tipo de apoio tem um carater esporádico e neste ano teve um prazo limite de 30 de setembro, sendo no entanto aceites atos médico-veterinários com data a 01 outubro de 2022. Os apoios às esterilizações são de 40€ por gato, 66€ por gata, 60€ por cão e 92€ por cadela, sendo parte da iniciativa financiada pelo orçamento municipal, uma vez que para além das questões do rateio, foi entendimento da CM Murça outorgar um valor extra de forma a ser mais apelativa para os munícipes. Este tipo de iniciativa tem um racional de apoio à população com vista a reduzir a taxas de natalidade animal, que cada vez mais são um problema local, regional e nacional.

17. Programa RecolhaBio – apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos. Foi aprovada uma candidatura do fundo ambiental, denominada, preliminarmente, como “HÚMUS DO PASSADO AO FUTURO” – educação, sensibilização, informação e comunicação / compostagem doméstica, comunitária e institucional. O contrato de financiamento do fundo ambiental estabelecido entre a CIM Douro e a CM Murça que define como valor máximo o financiamento a atribuir de 29.112,92€ com uma taxa de comparticipação de 100%. Esta candidatura será dividida em duas grandes valências uma campanha de informação e sensibilização sobre os biorresíduos e compostagem a toda a população

e uma outra, projeto-piloto para promoção de compostagem doméstica e/ou comunitária junto da comunidade escolar, IPSS, e ainda numa faixa da população que se estima ser de aproximadamente de 15%."

- O deputado do PS, André Lage, disse que, embora não tenha muitas expectativas em obter respostas relativamente à saída do ex-Vice-Presidente da Câmara, António Marques, consideram que é um acontecimento relevante e nesse sentido, questionou o Senhor Presidente da Câmara quais as motivações que levaram à sua saída e porque é que pediu a suspensão e não renunciou ao mandato. Porque se as funções que exerce na CIMDOURO são assim tão relevantes, conforme é referido no Comunicado da Câmara Municipal o mais lógico seria renunciar ao mandato. Assim sendo, ele pode muito bem regressar a qualquer momento, para as suas funções de Vereador e o Sr. Presidente vai ser novamente obrigado a destituir de funções, o atual Vice-Presidente da Câmara.

- A deputada do PSD, Sónia Pinto, cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

" O atual Executivo da Camara Municipal de Murça sempre primou pelo bem-estar da população do nosso Concelho.

O apoio e o suporte, que promove às famílias do Concelho de Murça, sempre foi um compromisso deste Executivo.

É através de políticas concretas, incisivas, justas e meritórias que verificamos um suporte sustentável aos mais vulneráveis do nosso Concelho.

Assim, destaco algumas das políticas adotadas:

Na Educação temos:

- *A oferta dos livros de fichas de consolidação escolares, beneficiando todos os alunos do 1.º e 2.º ciclo do Ensino Básico.*
- *Regime de Leite escolar e Fruta Escolar, promovendo o consumo de frutas, hortícolas e leite nas crianças do pré-escolar e crianças do 1.º ciclo do ensino básico.*
- *A valorização do empenho e sucesso escolar dos melhores alunos com o reconhecimento no " Dia do Diploma", atribuindo ao melhor aluno de cada ano do 3.º ciclo e do Secundário um prémio monetário, destacando o mérito e os bons resultados académicos*
- *A atribuição de Bolsas de Estudo aos alunos do Ensino Superior, que no ano transato se traduziram em 49 bolsas.*

No apoio às Famílias e Jovens temos:

- *A participação ativa das crianças e jovens, dos 6 aos 12 anos, no Campo de Férias, procurando proporcionar uma ocupação saudável dos tempos livres dos mais novos, onde a educação pela arte e cultura, as componentes desportivas e ambientais têm um papel fundamental no estímulo deste público-alvo.*
- *O Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas, promovendo boas práticas no âmbito da proteção da natureza, florestas e respetivos ecossistemas, através da sensibilização da população em geral no combate às catástrofes ambientais.*

No apoio às Famílias e Idosos temos:

- A promoção do envelhecimento ativo, com o incentivo dos idosos à prática de exercício físico para maiores de 55 anos.
- Projeto “Idosos@ Ativos@” promovendo uma maior vigilância a 60 idosos, do Concelho de Murça, no caso de alteração de rotinas, temperatura da casa, fugas de gás ou entrada de estranhos.
- Apoio em 50% na comparticipação de medicação aos munícipes a partir de 65 anos de idade, com receita médica do SNS, logo que possuam rendimentos inferiores a 2,5 IAS.
- Rede Solidária do Medicamento, apoiando a 100% a aquisição de medicamentos, com receita médica, a todos os que apresentem rendimentos inferiores a 50% do IAS.

Mais ainda, o Município está atento e sensível a questões de contexto familiar, mais concretamente a **Violência Doméstica**, onde integra desde 6 de julho de 2023 o Protocolo de Constituição da Rede Especializada para a Intervenção na Violência Doméstica e em Contexto Familiar, criando assim uma rede de parceria que permite garantir uma maior capacitação das entidades que atuam na comarca/distrito de Vila Real, garantindo respostas mais eficazes nestas matérias.

Muitas mais são as políticas sociais implementadas no concelho de Murça, onde é possível constatar que o atual executivo trabalha diariamente para uma **Coesão Social**, que nos permite valorizar as pessoas, os seus valores e a sua identidade.

Quero assim reconhecer, mais uma vez, ao Executivo, o bom trabalho que tem feito, assim como a todos os profissionais, que direta ou indiretamente se encontram envolvidos, na promoção e praticabilidade destas políticas no terreno.

Obrigada!”

- O Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, Renato Santos, referiu que a sua intervenção está relacionada com o ponto 7 da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara. Ponte de Ribeirinha e Penabeice.

“É com alguma satisfação que vejo que a candidatura efetuada pelo Município foi ser aprovada com 60% do valor candidatado a fundo perdido.

A candidatura para a requalificação/reconstrução destas duas pontes de Ribeirinha e Penabeice, foi calculada na ordem dos 466.000,00€, sendo que desta maneira o Município irá ter o financiamento para estas obras, na ordem de 279.000,00€ a fundo perdido, mas também irá ter que ter a coragem de fazer um esforço financeiro com fundos próprios na ordem de 186.000,00€.

Sr. Presidente dou-lhe os parabéns pela aprovação desta candidatura, e peço-lhe a celeridade possível na execução destas obras que tanta falta fazem às nossas gentes.”

- O deputado do PSD, Carlos Silva, cumprimentou todos os presentes e referindo-se ao ponto 7 da informação escrita do Sr. Presidente, aludiu que, com trabalho, dedicação e entrega à causa pública e sem olhar a interesses pessoais, pondo sempre em primeiro lugar as pessoas, torna-se mais fácil

conseguir ultrapassar certos contratempos e inércias de certos políticos. Parabenizou o Sr. Presidente pelo tempo que devota à causa pública e neste caso concreto, sabe muito bem o trabalho que desempenhou, para contemplar também, a ponte de Penabeice, já que a ponte da Ribeirinha era mais que evidente, que tinha que ser contemplada, pois desapareceu por completo. Os meus parabéns!

- A deputada do PS, Paula Catarino, deu nota dos seguintes pontos:

“Ponto 8 – em primeiro dar as boas-vindas aos nossos colaboradores que iniciaram funções do dia 1/09/2023, sejam eles efetivamente novos colaboradores do Município ou colaboradores que mudaram a forma de prestação de serviços ao Município. A todos eles desejamos uma carreira de êxito.

Gostaríamos de ser esclarecidos se todos os elementos colocados através do concurso, já se encontram a exercer as funções para as quais foram selecionados.

Ponto 10 – este plano ou projeto de combate ao insucesso escolar não é novo no Município, tratando-se, de uma renovação do projeto já desenvolvido pelo Município. Gostaríamos de saber se existe relatório de acompanhamento ou de avaliação do projeto anterior e na positiva, qual os resultados alcançados.

Ponto 13 e 16 – parabenizamos o apoio prestado quer na prática de desporto motorizado quer no apoio com os animais domésticos através da sua identificação eletrónica e esterilização. Gostaríamos de saber qual o valor previsto a ser aplicado em ambos os apoios.”

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, respondeu ao deputado André Lage, que ainda bem que não têm muitas expectativas e não têm que ter. São questões pessoais e cada um é que tem que ter, as suas próprias expetativas. O Sr. Vice-Presidente pediu a suspensão por opção individual e esteja ele onde estiver e a exercer as funções sejam elas quais forem, até pela história que tem e por tudo que tem feito, pelo Município, há-de pugnar sempre pelo melhor, pela nossa terra. Quanto aos elogios pelo trabalho feito, disse que é pouco, para aquilo que é a sua obrigação, mas é sempre agradável que se perceba o esforço. Efetivamente, na área social é necessário fazer cada vez mais e com maior dimensão e a deputada Sónia fez alguns comentários que o deixaram bastante satisfeito e agrada-lhe o trabalho que os colaboradores estão a fazer, nessa matéria. Respondeu à deputada Paula Catarino que os novos colaboradores estão a exercer as funções, para as quais foram selecionados e tem-se procurado, com todos os colaboradores do Município, potenciar ao máximo as suas qualidades, para benefício daqueles que servem.

- O deputado do PS, Rui Ramos, concorda com o que foi dito relativamente ao ponto 7 e à celeridade na aprovação da candidatura por parte do governo, mas entende que ainda não é altura de dar os parabéns. Os parabéns, devem ser dados quando a obra estiver feita e nessa altura, ele próprio faz questão de dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara e a todos os envolvidos.

- O deputado do PS, André Lage, disse que, a resposta do Sr. Presidente foi o politicamente correta e era o que estava à espera.

-----//-----

O Presidente da Assembleia Municipal informou que se iria fazer uma pausa de 10 minutos e que a sessão retomaria os trabalhos logo a seguir.

-----//-----

2 – Listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo do ponto 3, da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal de Murça de 30 de novembro de 2022;
(Lei nº8/2012 de 22 de fevereiro)

Ausentou-se da sessão o deputado do PS, Tiago Meireles

- A deputada do PS, Paula Catarino, referiu que na pág. 2 da listagem dos compromissos encontram-se enumerados 5 contratos de avença a realizar no âmbito do projeto de combate ao insucesso escolar, gostaríamos de saber se são 5 novos colaboradores, ou se são os colaboradores que fizeram parte do projeto anterior? Não seria possível que estes vínculos precários, fossem substituídos por contratos a termos, com a duração da medida?

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, respondeu que não era possível fazer uma renovação. Há a necessidade de prestadores de serviço, neste âmbito. Felizmente é-lhes permitido que a natureza dos serviços que estão aqui em causa possam ter este cariz intelectual de prestação de serviços. Julgamos que, neste tipo de trabalho, a continuidade, mesmo nos prestadores de serviço,

possa ser mais apropriada do que andar a descobrir, todos os anos, novos prestadores de serviço, para uma matéria que tem continuidade.

A assembleia Municipal tomou conhecimento

3 – Proposta 37/GAP/2023 – Centro de Apoio ao Idoso. Junta de Freguesia de Jou. C.A.I. Apoio Financeiro;

(alínea m) do n.º 1, do art.º 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro)

- O deputado do PSD, Carlos Silva, pediu a palavra para referir o seguinte: “Este ponto merece da minha parte uma intervenção, para mais uma vez enaltecer o trabalho que a Câmara tem tido com as instituições que imperam no nosso Concelho. Quer sejam as nossas Juntas de Freguesia, quer outras instituições de índole social e cultural. Por tudo isto, pessoalmente, tenho que enaltecer este trabalho. Não posso de forma alguma deixar algumas palavras de reconhecimento, agradecimento e espírito de missão da Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Helena Teixeira que tem tentado manter digno o equipamento CAI – Centro de Apoio ao Idoso, que a Junta de Freguesia instalou nas antigas Escolas Primárias do 1º Ciclo, no Cimo de Vila, em Jou. Quero de viva voz dizer que continuo com esta obra de grande impacto social. A Helena, assim como os restantes elementos que compõem a Junta, não devem esmorecer, perder o norte, por acontecimento e posições que alguns, apesar do lugar que ocupam no panorama autárquico não dei-hão diretamente e concreta a sua aceitação a obras desta natureza. Não foi por acaso que pedi à Helena, em 2017, para se candidatar à Junta de Freguesia, tinha a certeza que era a pessoa que reunia as condições para continuar a obra iniciada no meu mandato como Presidente de Junta. Bem-haja e a todos que consigo colaboram as minhas maiores felicidades e acima de tudo que ponha sempre à frente de tudo e de todos o seu serviço de entrega e missão das causas sociais. E que o apoio que o Executivo da Câmara Municipal disponibiliza para esta obra, continue quer com deliberação por unanimidade ou sem o apoio da oposição.

- A deputada do PS, Paula Catarino, em primeiro lugar referir que a bancada do PS é a favor de todo o apoio que possa ser prestado quer aos idosos quer às Juntas de Freguesia, que se encontram em maior proximidade com as nossas populações, conhecendo e reconhecendo desse modo as suas fragilidades. No entanto, menciona na alínea a) da cláusula 3ª do Protocolo em questão que a Junta de freguesia compromete-se a apresentar como requisito para a formalização do acordo, o relatório e

contas do ano transato, devidamente aprovado em Assembleia de Freguesia, bem como o plano de atividades do CAI.

Junto da proposta, encontra-se o referido plano, no entanto, julgo que se encontra em falta o relatório e contas do ano anterior.

Por exemplo, desconhece-se o número de utentes inscritos e a usufruir do CAI, os recursos humanos afetos, entre outros...

- A Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Helena Teixeira, agradeceu uma vez mais à Câmara Municipal por este apoio, ao deputado Carlos Silva pelas suas palavras, assim como pelas palavras da deputada Paula Catarino. Disse que, o CAI – Centro de Apoio ao Idoso é amor, é partilha e é cuidar. Aquilo que se faz lá é mais do que partilhar o dia-a-dia, é mesmo o cuidar dos nossos idosos. Relativamente à questão colocada pela deputada Paula Catarino, respondeu que não apresentaram o relatório e contas porque não lhes permitem fazer o relatório de contas separado da Junta de Freguesia. Como não existe um número de Contribuinte associado ao CAI, ou seja o número de Contribuinte é o da Junta de Freguesia e tem que ser tudo incluído no relatório de contas da Junta de Freguesia. Mas, se for necessário pode trazer o relatório de contas da Junta de Freguesia que não há qualquer problema. Neste momento, têm 13 idosos dos vários pontos das aldeias da Freguesia de Jou e têm diversas atividades ao longo da semana. Estão a iniciar as aulas de ginástica. São também fornecidas as refeições e desenvolvidas várias atividades lúdicas.

- O deputado do PS, Rui Ramos, pediu a palavra apenas para reforçar que esta temática foi a que lhes levou mais tempo na reunião preparatória. Não foi a decidir o voto, porque é claro que é favorável e acha que o valor até pode pecar por ser curto. O que está em questão, é a interpretação da forma como isso é feito. Julga, que não faz sentido ter um Centro de Apoio ao Idoso que não tem personalidade jurídica, não ter número de contribuinte, daí a sua interpretação ter sido a mesma da Presidente da Junta de Freguesia de Jou. O trabalho desenvolvido é sem dúvida muito importante, no entanto, era de considerar se o CAI deve ou não, ter personalidade jurídica.

- A Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Helena Teixeira, respondeu que, sendo a Junta de Freguesia o promotor, não pode ser criado outro número de contribuinte.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, esclareceu que quando o CAI foi criado havia uma intensão plena de procurar haver uma legalização através de uma IPSS e foi essa a intensão que se propôs. Claro que, não foi possível porque a associação existente, em Jou, por diversos motivos não

conseguiu os requisitos, para ser criada a IPSS. Foram enviados estatutos para a Segurança Social. A Segurança Social apreciou-os e havia três ou quatro pontos que deveriam ser alterados, mas meteram-se os documentos na gaveta e ficou assim. A partir daí, havia só uma hipótese ou fechar o CAI ou a Junta de Freguesia ter a sua sustentabilidade. Fechar nunca, porque tínhamos sido apoiados com uma pequena quantia pela EDP Solidária, através de uma candidatura que a Junta de Freguesia fez, no valor de 18.400,00€ e a Câmara Municipal da altura colaborou com 10.000,00€. O Centro de Apoio formou-se e a Junta de Freguesia teve-o ao seu encargo durante muito tempo. Na altura, a Câmara Municipal deliberou uma verba de 10.000,00€ que ele enquanto Presidente de Junta de Freguesia nunca o recebeu e foi a Helena que o recebeu muito mais tarde e a partir dessa altura, a Câmara Municipal tem contribuído com essa verba, para que o CAI possa continuar a funcionar. É um encargo bastante pesado para a Junta de Freguesia, mas não é nada comparável com aquilo que se faz com aquelas pessoas. Se assim não fosse, tem a certeza que muitas delas, não existiam.

- O deputado do PS, Rui Ramos, lançou o desafio de se encontrar uma solução, quanto mais não seja retirar os papéis da gaveta e procurar reunir os requisitos, para ser criada a IPSS.

- O deputado do PSD, Carlos Silva, disse que a associação está criada e o que é preciso é que os responsáveis da associação se constituem e criem a IPSS.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, disse que, por todo o trabalho que é feito é um bom investimento da parte do Município. Ter outro tipo de solução que possa ser melhor e ter outro alcance, não é fácil. Criar uma IPSS tem a sua complexidade e há muitas dificuldades e também deixa de ter a natureza que tem tido, que de forma simples poder cuidar daquela gente que também paga alguma coisa por estar ali. Pretende-se que não seja um lar e que seja um espaço que esteja à disposição das pessoas. Quanto à questão do relatório e contas, disse que para além das contas da freguesia, também não é difícil ter um mapa com o desempenho do CAI, para poder ser distribuído.

Votação:

<i>Votantes</i>	20
<i>Abstenção</i>	00
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	20

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

4 - Proposta 40/GAP/2023 - Autorização para início do procedimento de contratação de empréstimo. Execução de empreitada para reposição de equipamentos e infraestruturas municipais danificadas pelos incêndios florestais ocorridos em 2022;
(nos termos, e para os efeitos, previstos no nº 2, do artigo 51º, da Lei nº 73/2013, de 3/09 e ulteriores ao abrigo do instituto jurídico previsto nos n.ºs 1, 3 e 5, do art.º 164º do CPA)

- A deputada do PS, Paula Catarino, disse que, pese embora a Lei permita o recurso a esta modalidade de ratificação de atos já praticados, não teria sido esta, matéria justificativa de Assembleia Municipal Extraordinária, também ela prevista da legislação em vigor?

Esta situação e a que vai ser votada no ponto 11, a meu ver demonstra a falta de planeamento ou gestão cuidada dos investimentos do Município, senão vejamos, em 29/06/2023, foi proposto a esta Assembleia Municipal autorizar o Sr. Presidente da Câmara a dar início de procedimento de contratação de empréstimo, que hoje, é proposto no ponto 11 a sua revogação. E dia 27/07/2023, ou seja, menos de 1 mês após a Assembleia Municipal anterior, foi apresentada em sede de reunião de Câmara a autorização para o início de um novo procedimento de contratação de empréstimo.

Ora, em 23/06/2023 as disponibilidades do Município até eram superiores em mais de 200 mil euros às disponibilidades em 25/09/2023. Se existe verba disponível nesta data, que justifique a mudança de financiamento na aquisição dos terrenos, a mesma não se traduz numa entrada de receita significativa, por outro lado, a reposição de equipamentos e infraestruturas danificadas pelos incêndios é uma empreitada que já é conhecida, infelizmente, desde julho do ano anterior.

Entendo que se existe capacidade financeira para aquisição dos terrenos sem a necessidade de recorrer a financiamento externo, que a mesma seja adquirida com recurso aos capitais próprios, não havendo necessidade de contratualização de 2 empréstimos e os custos associados aos mesmos, lamento é a falta de gestão ou programação de investimento a longo prazo.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, respondeu que, o que pretendem fazer é que o mais rápido possível, se ponha em prática o acordo que fizeram com Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, com a DGAL e levar à prática, esta iniciativa. Não há falta de

cabimento, nós é que não nos podemos meter em situações que não sejam completamente regulares. O projeto para esta iniciativa teve que se mandar fazer. Contratar o projeto demora o seu tempo e só conseguimos ter noção dos valores que aqui estão em causa, depois de termos o orçamento. O orçamento resulta do trabalho feito por um projetista, que teve de ser contratado e também teve que ser feito o procedimento para a sua contratação, porque não é mandar fazer a obra e paga-se. Isso é que atrasou todo este processo. Sabíamos que a partir do momento que se determinava o preço da obra, não tínhamos os meios próprios para a financiar. Referiu que, só podemos financiar com recurso a financiamento bancário, depois de termos o projeto pronto. O planeamento existe, o que hoje se pretende é algo prático e fazer uma assembleia extraordinária, para uma coisa destas, não lhes pareceu fazer muito sentido.

- A deputada do PS, Paula Catarino, reitera que, quando disse falta de planeamento, é porque esta necessidade de ir à banca para compor a estrada, já é conhecida antes de autorizarem o outro empréstimo e também não está a por em causa a condução dos processos, mas quando vem à Assembleia o pedido de autorização para que o Presidente da Câmara vá junto da banca contratar o empréstimo de meio milhão de euros e sabendo que vamos precisar de ir novamente à banca para fazer as obras, deveriam ter pensado melhor.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, respondeu que se a obra não for completamente feita, o valor do Fundo de Emergência Municipal pode ser posto em causa. Disse que, quando esta obra foi falada o orçamento seria mais de 2 milhões e meio de euros, entretanto o alcatrão baixou de preço e o valor baixou. Quando discutimos a necessidade de financiamento, estávamos convencidos que a obra ainda iria custar mais e só percebemos o seu custo com a entrega do projeto e como a necessidade de financiamento ficou um pouco abaixo daquilo que pensávamos, repensou-se no pagamento dos terrenos porque havia disponibilidades financeiras, para isso.

Votação:

<i>Votantes</i>	20
<i>Abstenção</i>	00
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	20

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

Ausentou-se da sessão o deputado do PS, Rui Ramos

5 - Proposta 41/GAP/2023 - União das Freguesias de Carva e Vilares. Comparticipação em investimentos;
(Alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

- O Presidente da União de Freguesias de Carva e Vilares, José Sousa, cumprimentou todos os presentes e agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara por mais este apoio.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, disse partilhar os agradecimentos recebidos, com os restantes elementos do Executivo Municipal.

Votação:

<i>Votantes</i>	<i>19</i>
<i>Abstenção</i>	<i>00</i>
<i>Contra</i>	<i>00</i>
<i>A Favor</i>	<i>19</i>

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

Regressou à sessão o deputado do PS, Rui Ramos

6 - Relatório do auditor externo sobre a informação financeira do 1.º semestre de 2023;
(nos termos do art.º 77, n.º 2, alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou o documento

7 - Aquisição de serviços para “Revisor Oficial de Contas 2023/2026”;
(nos termos do art.º 77, n.º 2, alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)

Votação:	
<i>Votantes</i>	20
<i>Abstenção</i>	00
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	20

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

8 - Análise do Júri - Contratação de Empréstimo de médio/longo prazo, ao abrigo do n.º 1 do art.º 41º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
(nos termos da alínea ccc) do n.º 3, do art.º 33º do regime jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Votação:	
<i>Votantes</i>	20
<i>Abstenção</i>	00
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	20

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

9 – Proposta 49/GAP/2023 – Junta de Freguesia de Murça. Comparticipação em investimentos;
(Alínea j), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

Votação:	
<i>Votantes</i>	20
<i>Abstenção</i>	00
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	20

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

10 – Proposta 50/GAP/2023 – Alteração dos Estatutos/Pacto Social e da estrutura do capital social da Escola Profissional Marquês de Valle Flôr, Lda;
(art.ºs 22º e 22º-A, da Lei 50/2012, de 31 de agosto)

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, deixou uma palavra de reconhecimento à disponibilidade da Assembleia Geral da Santa Casa, por ter aprovado esta alteração que só agora se pode materializar com a proposta, em causa.

Votação:	
<i>Votantes</i>	20
<i>Abstenção</i>	00
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	20

Deliberação: aprovada por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto: O deputado do PS, André Lage leu uma Declaração de Voto, em nome da sua Bancada Parlamentar, que se transcreve: “ A Escola Profissional Marquês do Valle Flôr, Lda. é uma instituição da maior relevância no Concelho de Murça e que necessita de estabilidade para a prossecução dos seus objetivos.

Com efeito, as alterações dos Estatutos/Pacto Social e da estrutura do capital social da Escola Profissional Marquês do Valle Flôr, Lda., que hoje votamos, decorrem de imperativos legais que se arrastam há demasiado tempo, de forma a regular convenientemente a relação com o Município de Murça e os necessários e justos apoios que esta instituição merece, transformando-a, assim, em Empresa Municipal.

Desejamos que este moroso processo, chegue finalmente a bom porto em benefício da Escola Profissional dada a importância que a mesma tem na economia e na imagem do Município e, acima de tudo, dos seus alunos, corpo docente e demais funcionários.

Neste sentido, a bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Murça, aprovará esta proposta, esperando que a Câmara Municipal, que assumirá funções cruciais nesta nova entidade, esteja à altura das responsabilidades e honre este voto de confiança.

Murça, 28 de setembro de 2023

A Bancada do partido Socialista na Assembleia Municipal de Murça.”

- O deputado do PSD, Carlos Silva, pediu a palavra para dizer que esta foi uma alteração importante, para que todas as pessoas se sintam seguras. Lamenta que pessoas que deram o seu melhor para que aquela escola funcionasse normalmente, estejam agora a ser penalizadas por ações que os anteriores estatutos não contemplavam. É bom que assim seja e é uma garantia total quer para as pessoas que estão na Santa Casa, quer para quem está na Câmara Municipal.

- O deputado do PS, Rui Ramos, solicitou que, os documentos que servem de apoio à Assembleia Municipal sejam entregues mais cedo, porque quando fizeram a reunião preparatória estiveram até muito tarde a tentar interpretar alguns assuntos e é pouco tempo, para matérias tão importantes como estas que estão em discussão, nomeadamente os estatutos que estamos a aprovar. É na verdade um voto de confiança que se está a dar e também queremos agilizar todo o processo da Escola Profissional. Ainda questionou se estes estatutos também têm de ser aprovados, pela Assembleia Geral da Santa Casa.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, respondeu ao deputado Rui Ramos que não. O problema que estava em causa era um problema do Município e a Misericórdia já deliberou aquilo que era suficiente e necessário, para que o Município possa cumprir aquilo que a Lei 50/2012 determina. Pelo que, não tem que passar novamente pela Assembleia da Misericórdia, porque já está autorizado.

- O deputado do PS, Rui Ramos, disse que, o que foi à Assembleia da Santa Casa da Misericórdia foi a alteração do Pacto Social e agora nós estamos a aprovar os estatutos. Essa alteração dos estatutos não terá que ser feita também na Santa Casa?

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, respondeu que, não é necessidade de isso acontecer. O que a Santa Casa deliberou foi, efetivamente, que pudéssemos fazer o que aqui está em causa e isso é o suficiente, para que os estatutos possam ter este enquadramento que está previsto na lei. Esclareceu que, a Lei 50/2012 tutela as empresas municipais e não as Santas Casas ou outro tipo de instituições. O importante é enviar o documento para a DGAL, para a IGF e para o Tribunal de Contas, para ser validado e a partir daí, é escriturado e é acrescentada a sigla EM à Escola. A partir daí, tem eficácia definitiva interna e externamente e à Santa Casa não faz diferença nenhuma, porque este não era um problema da Santa Casa, era um problema que o Município tinha na relação de paridade em termos de capital e em que o interesse público era posto em causa.

11 - Proposta 51/GAP/2023 - Revogação da autorização para início do procedimento de contratação de empréstimo; Aquisição de duas parcelas de terreno.
(nos termos do disposto do nº 1, do artigo 165º, do CPA)

Votação:

<i>Votantes</i>	<i>20</i>
<i>Abstenção</i>	<i>00</i>
<i>Contra</i>	<i>00</i>
<i>A Favor</i>	<i>20</i>

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto: O deputado do PSD, Carlos Silva, disse: “Voto favoravelmente este ponto, porque esta medida não me é estranha, atendendo ao cuidado e à capacidade que o Mário Artur tem tido ao leme deste executivo municipal. Parabéns! Outros pediam sempre mais, pois a teoria era “quem vier atrás que feche a porta”.

//

Período de Intervenção do Público

- O cidadão, David Carvalho, saudou todos os presentes e disse o seguinte:

“ Muito boa tarde a todos!

Cumprimento o Sr. Presidente da mesa, o Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, deputados do PS e do PSD que naturalmente já o fiz, na terra que me adotou, já lá vão 50 anos. Foi com agrado que assisti a esta sessão e há à medida que vou caminhando na idade e com obrigações de dar mais ao Concelho de Murça do que ele me deu a mim. Tenho trabalhado há vários anos com vários executivos, mas agora tenho mais vontade de o fazer, porque se calhar, nas próximas autárquicas, talvez já vote aqui, more aqui e possivelmente até possa vir a ser candidato, por qualquer grupo independente, quem sabe. No que concerne e dado que sou muito persistente e também pela amizade que me une ao Presidente da Junta de Palheiros muitas vezes conversávamos sobre Palheiros. O Sr. deputado André Lage referiu a necessidade de haver mais oferta cultural, no Concelho de Murça e também, noutro momento, o deputado Rui Ramos falou no 25 de abril e isso veio de encontro aquilo que pretendo dizer. Fiz uma candidatura, para 2023 ao plano nacional das comemorações do 25 de abril que por acaso não teve apoio do governo, por não haver verba e ainda bem digo eu, porque ela vai ser candidatada para 2024. A Câmara de Murça é parceira com mais 30 municípios do interior a homenagear uma figura, porque é assim que a candidatura exige que se faça uma homenagem a um anti fascista e a partir da vida dele se faça um espetáculo de humor. A candidatura chama-se “25 de abril a partir das montanhas”. A ficção vai ser feita sobre António Borges Coelho, um homem notável, ainda vivo, embora tenha mais de 90 anos. E acredito que ele próprio, se lhe pedir, escreve textos, para isso. Ele próprio nos seus escritos diz que foi um homem clandestino, militante do PCP, que casou em Peniche e são todos estes detalhes que estão na candidatura, que espero venha a ser aprovada. Aquilo que venho pedir à Assembleia Municipal é que passe um documento da sessão de hoje, referindo que aprovam esta candidatura. Seria muito importante ver esta candidatura aprovada e sobretudo a

figura que queremos homenagear. A estreia seria de 24 para 25 de abril de 2024, na Vila de Murça. Uma informação muito importante e que corresponde àquilo que há pouco os Srs. deputados referiram.

O segundo ponto é sobre Palheiros. Eu tenho intervindo várias vezes em programas de televisão e tenho falado sobre o Castro de Palheiros. Mas, é preciso fazer mais, não tanto na limpeza, mas precisamos de criar eventos. Eu estive na sua inauguração, juntamente com alguns atores e fizemos um pequeno estrato da vida do Crasto há cinco mil anos. Aquele espaço precisa de eventos que dinamizem e que seja visitado. Fui Professor Universitário durante 40 anos, a formar professores e agora tenho uma empresa que emprega 15 elementos, dois deles de Murça. É preciso que os jovens se fixem. Também aqui este espaço precisa de ser requalificado. É necessário haver camarins, para que um espetáculo possa ser feito aqui com a dignidade que merece. Gostaria de acrescentar às vossas preocupações que o social está bem, mas a cultura está degradada e é preciso fazer muito mais.

- O Presidente da Câmara Municipal, Mário Artur Lopes, respondeu que apenas se podem deliberar os pontos que constam da Ordem de Trabalhos.

- O deputado do PS, Rui Ramos, disse que, se derem o documento para ler, não há qualquer problema em se pronunciarem.

- O cidadão, David Carvalho, esclareceu, que seria apenas uma declaração de carácter abonatória, à semelhança de algumas já emitidas por outras instituições, nomeadamente das CIM, do Politécnico de Bragança, etc..

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, esclareceu que no período de intervenção do público, apenas é anotado aquilo que a pessoa diz. Agora, para ser passada a declaração ela teria de vir na Ordem de Trabalhos, para ser votada.

- O deputado do PS, Rui Ramos, leu uma mensagem em nome do cidadão Carlos Gomes, natural de Palheiros e Presidente da Direção da Comunidade Local de Baldios que por motivos profissionais não lhe é possível estar presente, que se transcreve:

“Cumprimento todos os presentes.

A intervenção que agora realizo no tempo destinado ao público faço-o não só na qualidade de cidadão, como também de Presidente da Direção da Comunidade Local dos Baldios da Freguesia de palheiros.

E o motivo pelo qual procedo desta forma concerne com o edifício onde esta Assembleia Municipal se encontra a decorrer.

Este espaço foi outrora propriedade do Grupo Recreativo e Cultural do Eucalipto de Palheiros que, através de protocolo datado de 13 de setembro de 2008 cedeu a posse efetiva do mencionado prédio à Junta de Freguesia de Palheiros.

Mais tarde, a 3 de agosto de 2013, a Junta de Freguesia de palheiros celebrou com a Assembleia de Compartes de Baldios e com a Associação de Caça e Pesca do Castro de Palheiros um Contrato de Comodato que possui como objeto a sala onde nos encontramos.

Na terceira cláusula do referido contrato mostra-se patente a duração do mesmo, que se estipula em 10 anos, com expressa menção à sua renovação, por idêntico período, enquanto não for denunciado, por qualquer das partes.

Não tendo o contrato sido denunciado em data prévia a agosto de 2023 – momento em que decorreram os 10 anos da sua assinatura – este renovou-se por igual período e desta forma se manterá, pelo menos, até 2033.

Na malícia e nos boatos lançados por certos intervenientes públicos, podem julgar que o espaço em crise pertence à Junta de Freguesia de Palheiros, mas também cabe à presente Assembleia, antes de aqui determinar a sua reunião, apurar os responsáveis pelo espaço e consequentemente, requerer autorização para uso do mesmo.

Nem eu, nem a comunidade Local de Baldios da Freguesia de Palheiros fechamos as portas à Democracia e é por boa vontade da última que aqui reunimos, solicitando que, no futuro, se trate os Baldios de Palheiros com o respeito que lhe é merecido e com a certeza de que nunca consubstanciarão entrave à cedência do espaço quando devidamente requisitado para fins de interesse público.

Palheiros, 28 de setembro de 2023

Carlos Manuel Santos Gomes”

- O Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Carlos Gomos, solicitou a palavra para dizer que tem com ele o Contrato de Comodato e que diz o seguinte:

1º Outorgante Freguesia de Palheiros, representada pelo respetivo Presidente, Manuel Mendonça de Sousa Ramos e 2ª outorgante Assembleia de Compartes dos Baldios de Palheiros, com sede em Palheiros, Concelho de Murça, representada pelo Segundo Secretário da Mesa da Assembleia de Compartes, Silvano Silva Moutinho a Associação de Caça e Pesca do Castro de Palheiros, com sede em Palheiros, representada pelo Secretário da Direção, Carlos Alberto Gomes. É celebrado e reciprocamente aceite o presente Contrato de Comodato, que se rege nos termos e condições das cláusulas seguintes:

1 - Através do Protocolo celebrado em 13 de setembro 2008 entre a 1ª outorgante e o Grupo Recreativo e Cultural do Eucalipto de Palheiros, este cedeu àquela a posse e gestão efetiva do seu imóvel urbano, inscrito na matriz predial urbana da Repartição de Finanças de Murça, pela Freguesia de Palheiros, sob o artigo 451.

2 - Podendo a 1ª outorgante conforme resulta da cláusula nona do referido Protocolo, ceder o seu uso, a título gratuito ou remunerado, a qualquer instituição, associação, comissão de festas, ou qualquer outro grupo de pessoas ou pessoa.

3 - Na aludida qualidade, com efeitos a partir de hoje, a 1ª outorgante cede gratuitamente às 2ªs outorgantes, que aceitam, o uso do referido imóvel, pelo período de 10 anos, renovável por idênticos períodos de tempo, nas mesmas condições, enquanto por qualquer das partes não for denunciado.

4 - A qual se destina a servir de sala de convívio das 2ªs outorgantes.

O que aqui diz é que não há prazo, se amanhã uma das partes quiser, pode denunciar isto.

5 - As 2ªs outorgantes não poderão ceder a outrem a sua posição contratual, ou celebrar qualquer negócio que envolva cedência ou transmissão, ainda que temporariamente o referido imóvel.

6 - Findo o presente contrato de empréstimo, as 2ªs outorgantes comprometem-se a entregar à 1ª outorgante esse imóvel, em bom estado de conservação, tal como agora se encontra.

7 - Todos os casos omissos no presente contrato, regular-se-ão pelas disposições legais do Instituto de Comodato

Concluiu referindo que, o presente contrato foi assinado pelo,

Presidente da Junta de Freguesia – Manuel M. Sousa Ramos

Segundo Secretário da Mesa de Compartes – Silvano Silva Moutinho

Secretário da Direção da Associação Caça e Pesca – Carlos Alberto Gomes

Portanto, como diz na cláusula 3ª nas mesmas condições, enquanto por qualquer das partes não for denunciado.

- O deputado do PS, Rui Ramos, reitera que, é necessário reunir com todos os intervenientes e clarificar todas estas questões.

//

APROVAÇÃO EM MINUTA

(Art. 44º do Regimento)

3 - Proposta 37/GAP/2023 - Centro de Apoio ao Idoso. Junta de Freguesia de Jou. C.A.I. Apoio Financeiro;
(alínea m) do nº 1, do art.º 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro)

4 - Proposta 40/GAP/2023 - Autorização para início do procedimento de contratação de empréstimo. Execução de empreitada para reposição de equipamentos e infraestruturas municipais danificadas pelos incêndios florestais ocorridos em 2022;

(nos termos, e para os efeitos, previstos no nº 2, do artigo 51º, da Lei nº 73/2013, de 3/09 e ulteriores ao abrigo do instituto jurídico previsto nos n.ºs 1, 3 e 5, do art.º 164º do CPA)

5 - Proposta 41/GAP/2023 - União das Freguesias de Carva e Vilares. Comparticipação em investimentos;

(Alínea j), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

6 - Relatório do auditor externo sobre a informação financeira do 1º semestre de 2023;

(nos termos do art.º 77, nº 2, alínea d) da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro)

7 - Aquisição de serviços para “Revisor Oficial de Contas 2023/2026”;

(nos termos do art.º 77, nº 2, alínea d) da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro)

8 - Análise do Júri - Contratação de Empréstimo de médio/longo prazo, ao abrigo do n.º 1 do art.º 41º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro;

(nos termos da alínea ccc) do nº 3, do art.º 33º do regime jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

9 - Proposta 49/GAP/2023 - Junta de Freguesia de Murça. Comparticipação em investimentos;

(Alínea j), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro)

10 - Proposta 50/GAP/2023 - Alteração dos Estatutos/Pacto Social e da estrutura do capital social da Escola Profissional Marquês de Valle Flôr, Lda.;

(art.ºs 22º e 22º-A, da Lei 50/2012, de 31 de agosto)

11 - Proposta 51/GAP/2023 - Revogação da autorização para início do procedimento de contratação de empréstimo; Aquisição de duas parcelas de terreno.

(nos termos do disposto do nº 1, do artigo 165º, do CPA)

Votação:

<i>Votantes</i>	<i>18</i>
<i>Abstenção</i>	<i>00</i>
<i>Contra</i>	<i>00</i>
<i>A Favor</i>	<i>18</i>

Deliberação: aprovado por unanimidade

Votaram a favor:

Votaram contra:

Abstiveram-se:

Declaração de Voto:

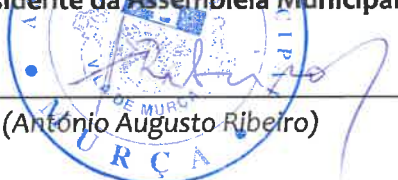
ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

(Alínea c) do nº2 do artº 9º do Regimento)

- O Presidente da Assembleia Municipal, António Augusto Ribeiro, disse que, o Concelho de Murça, recebe durante esta semana as comemorações do 14º Aniversário do Comando Territorial de Vila Real da Guarda Nacional Republicana. Murça foi o Concelho escolhido este ano para as comemorações do 14º Aniversário do Comando Territorial da GNR e dos 106 anos de presença da Guarda Nacional Republicana no distrito de Vila Real. Do programa comemorativo constam várias atividades, que estão a decorrer desde o dia 25 até ao dia 1 de outubro, nomeadamente dia 25 de setembro com a abertura de uma Exposição Histórica, no Posto de Turismo de Murça; Dia 26 com uma Celebração Religiosa na Igreja Matriz, com a GNR e público, no dia 28 uma exposição e demonstração de meios da GNR, na Escola Básica e Secundária de Murça. No dia 29, pelas 10h30 terá início uma Cerimónia Militar, na Zona do Parque Urbano de Murça e um Concerto com a Banda Sinfónica da GNR, na Av. 8 de maio, pelas 21h30, com entrada livre e gratuita. No dia 30 (sábado), pelas 18h00, haverá um jogo de futsal, no Pavilhão Desportivo de Murça. Referiu que, estamos todos convidados a participar e a estar em estreita colaboração com a GNR. Deu por terminados os trabalhos da sessão, agradecendo a presença e a colaboração de todos. Deixou ainda um agradecimento especial ao Presidente da União de Freguesias de Noura e Palheiros, por toda a disponibilidade e apoio.

Os trabalhos encerraram às 18:50 horas, da qual se lavrou a presente Ata, que depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e pela 1ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal


(António Augusto Ribeiro)

A 1ª Secretária da Assembleia Municipal


(Maria de Lurdes Pereira Gomes)